

24 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

Divulgar iniciais foi 'um equívoco', diz Eliana Calmon

Corregedora endossa declaração de Cezar Peluso, presidente do CNJ, que retirou os nomes dos investigados da Internet

Rubens Chuelre Jr.
Equipe da Folha

Curitiba - Para a ministra Eliana Calmon, corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a divulgação das iniciais dos juizes e desembargadores que são alvos de processos no País foi um equívoco. A lista foi publicada no último dia 11 na Internet, no site do CNJ. Ela ressaltou que muitas denúncias chegam até a corregedoria, algumas até anônimas, que são "absolutamente infundadas" e que, por isso, com a divulgação, "ficou parecendo que os magistrados são culpados antes mesmo dos julgamentos". Na lista, há dez magistrados do Paraná com processos em andamento. Eliana falou sobre o assunto ontem à imprensa em Curitiba, onde participava da XXI

Conferência Nacional dos Advogados.

"Com as iniciais e as comarcas, pode-se cruzar as informações e descobrir os magistrados. Um exemplo: chega uma denúncia dizendo que o juiz é pedófilo. Isso está no início das investigações, pois apuramos todas as denúncias. Aí, se sai que o magistrado A.B.C., por exemplo, de tal comarca, é acusado de pedofilia, é atentar contra a moral do profissional. Por isso o ministro (Cezar) Peluso (presidente do CNJ e do STF), com toda a cautela, tirou do ar essas iniciais", afirmou Calmon.

Ela também destacou que as investigações são sigilosas. "Só se tornam públicas no momento em que chegam para a apreciação do conselho. Se alguém for condenado, a sociedade saberá", comple-

to a corregedora.

Eliana ainda comentou sobre a guerra que trava com a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), que defende, com a simpatia de Cezar Peluso, a redução dos poderes do CNJ em relação às investigações contra magistrados. Ela explicou que as denúncias eram sempre apuradas nas corregedorias locais, mas que, "por deficiência técnica, falta de estrutura e até por razões culturais, aconteceu uma morosidade". Segundo ela, muitos processos envolvendo desembargadores eram arquivados porque existia uma "corrupção afetiva", ou seja, "por afeto, por querer bem, eu não vou punir".

A divulgação das iniciais dos magistrados no site do CNJ foi primeiro criticada justamente pela AMB.

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

24 NOV 2011

a justiça



Segundo a corregedora, divulgação de nomes (ainda que somente as iniciais) antes de julgamento final pode prejudicar magistrado

24 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

Corregedora espera por 'melhora sensível' no TJ paranaense

Curitiba - A corregedora do CNJ, Eliana Calmon, não quis adiantar se o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná cumpriu com todas as determinações previstas no relatório apresentado na última inspeção, em 2009. Na época foram identificados mais de 100 irregularidades na administração do Judiciário local. Nesta semana, uma equipe do CNJ está em Curitiba justamente para avaliar se aquelas determinações, feitas pelo órgão ao TJ para corrigir as irregularidades, foram de fato atendidas.

"Vamos verificar se o dever de casa foi feito pelo tribunal, se ele se empenhou para solucionar os problemas que foram apontados pela corregedoria da inspeção. Também estamos examinando algumas varas pontualmente, aproveitando essa presença física para investigar algumas reclamações que nos chegaram. Estamos com a expectativa de

que as coisas tenham melhorado sensivelmente", afirmou.

Comissionados

Uma das determinações do CNJ naquele ano era destinar parte dos cargos comissionados a servidores de carreira, o que confronta com recente projeto de lei do TJ, que prevê a criação de 787 cargos em comissão para a função de auxiliar de juiz.

Sobre o assunto, a corregedora preferiu não se posicionar, mas destacou que o CNJ estará acompanhando

todo o processo. "O CNJ vai julgar essa situação, verificar se houve uma forma de burlar a determinação através de um projeto de lei. Vamos ver se isso está dentro da legalidade absoluta", finalizou.

Benefícios

Ontem, na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, os deputados estaduais apro-

varam em segunda discussão o pacote de projetos de autoria do Poder Judiciário, que inclui a criação de 25 cargos de juízes substitutos para comarcas do interior; o aumento de R\$ 300 para R\$ 400 no valor do auxílio-alimentação aos servidores do Judiciário; o pagamento de adicional de férias de no mínimo um terço da remuneração dos servidores e, inclusive, a proposta que garante auxílio-saúde aos magistrados e funcionários efetivos. Esse último projeto foi aprovado mesmo depois dos questionamentos de vários deputados sobre como funcionaria esse auxílio-saúde, uma vez que o projeto não deixava claro como seria o processo de ressarcimento e não havia tabela discriminando valores para esse serviço.

Uma reunião com o presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Miguel Kfoury Neto, teria sanado as dúvidas dos deputados na manhã de ontem, antes do projeto ir à votação. **(R.C.J e Luciana Cristo/Equipe da Folha)**

Pacote de benefícios ao TJ foi aprovado ontem na AL

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Saúde

24 NOV 2011

O plano de assistência à saúde do Judiciário transformaria o Poder num privilegiado porque não há esse tipo de cobertura aos demais servidores. O presidente do TJ tem o pique de negociador sindical e aprendeu a agir no comando da Associação dos Magistrados. O pacote é asfíxiante.

Na trave

Justiça negou pedido de sigilo de Justiça no caso Derosso. Essencial para o andamento regular do processo e evitar jeitinhos visivelmente arquitetados.

Selo

A OAB divulgou as oito cursos de Direito certificados com qualidade: Federal, UEL, UEM, Jacarezinho, UEPG, PUC, Curitiba, Unioeste.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

24 NOV 2011

Arrecadação

A previsão de arrecadação do orçamento para 2012 é de R\$ 32 bilhões, além de R\$ 3,2 bilhões do Fundeb. Para a AL devem ser encaminhados R\$ 422 milhões (foram R\$ 324 milhões este ano); para o Tribunal de Contas R\$ 264 milhões (eram R\$ 199 milhões); para o Tribunal de Justiça R\$ 1,5 bilhão (era R\$ 1,1 bilhão) e para o Ministério Público R\$ 536 milhões (eram R\$ 474 milhões). O Executivo deve ficar com R\$ 26,8 bilhões, sendo R\$ 1,9 bilhão destinado a investimentos.

CLÁUDIO HUMBERTO

Reação indignada

Presidente da OAB-DF, Francisco Caputo reagiu indignado à exclusão, pelo Conselho Nacional de Justiça, de nomes e até iniciais de juízes investigados. Para ele, isso compromete a reputação da maioria digna, insulta o direito da à informação e estimula a leiência à corrupção.

Cara nova

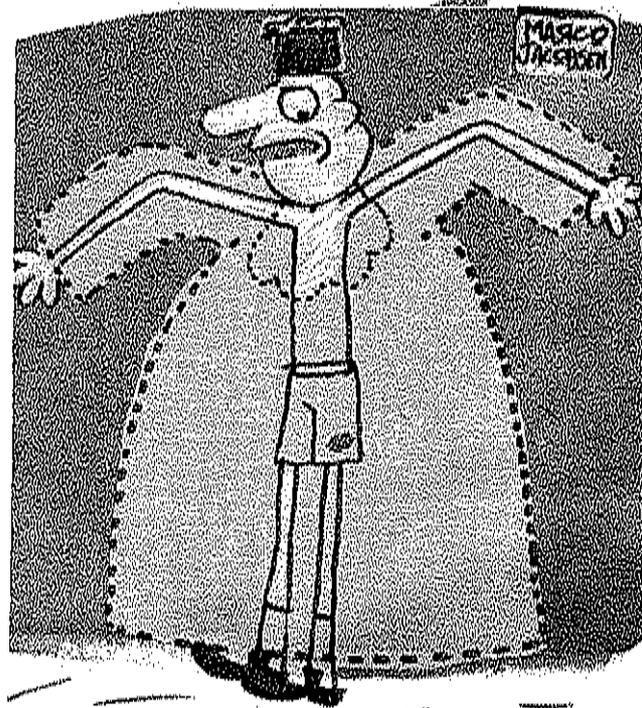
O Tribunal de Justiça do Rio tem, desde segunda-feira nova desembargadora pelo quinto constitucional, um cargo vitalício: a advogada Flávia Rezende, 42, cunhada de Bernardinho, técnico da seleção de vôlei.

Identificação

Ex-dirigente da OAB-PI, o advogado Cajubá Neto assistiu emocionando a palestra da ministra Eliana Calmon, na XXI Conferência Nacional dos Advogados, em Curitiba. Como ela, Cajubá enfrentou problemas em 2006, ao afirmar que o Judiciário estava "carcomido pela corrupção".

24 NOV 2011
FOLHA DE LONDRINA

TRANSPARÊNCIA
NO JUDICIÁRIO



-Essa moda não vai pegar!

24 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

OAB recomenda 7% das graduações de direito

Rubens Chueire Jr.
Equipe da Folha

Curitiba - Somente 7,4% dos 1.210 cursos de direito existentes no Brasil são recomendados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Entre elas estão oito universidades paranaenses: Universidade Federal do Paraná (-UFPR), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, em Jacarezinho (FUNDINORPI), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba) e Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

A divulgação ocorreu ontem, durante a 21ª Conferência Nacional dos Advogados, em Curitiba. A OAB tomou por base o desempenho dos egressos no Exame da Ordem e as notas das faculdades no Exame Nacional de Desenvolvimento Educacional (Enade). Pelos critérios da entidade, 90 instituições receberam o selo "OAB recomenda", ou seja, têm curso de direito com nível de ensino aceitável.

"Devemos lutar pela qualidade do ensino e temos por obrigação apontar para os ci-

Oito instituições paranaenses receberam o reconhecimento

dados quais os cursos, a nosso ver, estão oferecendo um ensino digno", destacou o presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante.

Para a coordenadora do colegiado de direito da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Ana Cláudia Duarte Pinheiro, "o selo é consequência de um conjunto de fatores, desde a qualidade dos alunos, com grande dedicação e esforço acadêmico e participativo em aulas e eventos; e também a formação e titulação dos docentes, que se preparam cada vez mais para enfrentar a academia."

O coordenador do colegiado de Direito da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Aroldo Luiz Moraes, ressaltou que o reconhecimento reflete o compromisso do corpo docente da instituição com os acadêmicos. Segundo ele, a média de aprovação dos estudantes da universidade no exame da OAB é de 60%.

Segundo a coordenadora do curso de direito da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) em Fran-

cisco Beltrão, Andrea Regina de Moraes Benedetti, o reconhecimento da OAB não chega a ser uma surpresa, já que o índice de aprovação dos acadêmicos é considerado "altíssimo".

De acordo com o reitor da Universidade do Norte do Paraná (Unep), Eduardo Meneghel Rando, para a sociedade, "é muito importante ter uma universidade que forma bons advogados, pois isso demonstra que ali se faz bom uso do recurso público." (Colaborou Douglas Lopes/Folhaweib)

Justiça libera 26 detentos por falta de espaço

Caso mais vagas sejam abertas nos presídios, beneficiados serão obrigados a retornar

Vítor Ogawa
Reportagem Local

Londrina - A Vara de Execuções Penais de Londrina determinou que 28 detentos de Londrina recebessem o benefício de prisão albergue domiciliar por falta de vagas nos centros de detenção da cidade. O regime é semelhante ao de liberdade condicional e permanecerá em vigor até que surjam vagas em unidades que tenham o regime semi-aberto.

Segundo a Secretaria Estadual da Justiça, os detentos que conquistaram o benefício foram selecionados por apresentar baixa periculosidade. Eles foram submetidos a audiências rápidas com os diretores e foram liberados gradativamente.

Londrina possui 1.684 vagas para uma população carcerária de 1.878 presos e alguns já deveriam ter sido transferidos para um regime semi-aberto. A Penitenciária Estadual de Londrina possui 561 presos, mas a capacidade é para 504 detentos. Na Penitenciária Estadual de Londrina 2 a capacidade é para 908 presos, mas existem 950 pessoas encarceradas. Já a Casa de Custódia de Londrina possui 272 vagas, mas abriga 367 presos.

Presos como esses, com direito ao regime semi-aberto, deveriam ter sido transferidos para a Colônia Penal Agrícola em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, ou para Maringá.

Para o delegado-chefe da 10ª Subdivisão Da Polícia Civil em Londrina, Márcio Amaro, a juíza tomou a decisão baseada no que acha correto

diante da população carcerária no Estado, embora ache a medida polêmica. "Sabemos que a tendência é que haja um aumento da criminalidade cometido por algumas dessas pessoas beneficiadas", ponderou.

O 2º Distrito possui hoje 350 presos para uma capacidade de 120 vagas, o 3º DP tem capacidade para 36 presos e possui 90 encarcerados, o 4º possui 24 vagas, mas possui 45 presos e o 5º Distrito deveria abrigar 24 presos, mas abriga 50. Para ele seria necessário construir uma casa de custódia com 900 vagas para atender à demanda da região.

O diretor do Departamento Penitenciário da Secretaria Estadual de Justiça, Maurício Kuehne, afirma que a decisão da juíza foi acertada. "Ela segue a orientação do Supremo Tribunal de Justiça para acomodar

os presos da melhor maneira possível", declarou. Ele explica que existem mais condenados soltos do que presos no Paraná, pois possui 35 mil presos, e mais de 45 mil mandados de prisão não cumpridos.

O diretor do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen) Adilson de Moura afirma que essa foi a única alternativa que restou para o poder Judiciário. Para o coordenador do Centro de Direitos Humanos de Londrina, Carlos Santana, o CDH já preconizava essa atitude muito antes da decisão. "Nós denunciávamos a falta de unidades carcerárias em audiências públicas e também questionamos a falta de Defensorias Públicas no Paraná, que resultou no inchaço da população carcerária."

24 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

24 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

Justiça impede obras no Bosque

Michelle Alligeri
Reportagem Local

Londrina - Uma decisão judicial tomada na manhã de ontem impede a continuidade das obras de revitalização do Bosque Marechal Cândido Rondon e a reabertura da Rua Piauí. O juiz Marcos José Vieira impediu a continuidade das obras até que a liminar seja revertida ou que a ação seja julgada. De acordo com o secretário de Governo, Marco Cito, o prefeito não abre mão da abertura da rua, mas propôs a instalação de faixas elevadas para reduzir a velocidade do trânsito no início e no fim daquela quadra e também disse que fe-

charia a via aos domingos. "Isso não inviabilizaria a ideia do trânsito e nem a revitalização (do espaço)", afirmou o secretário.

Segundo ele, a promotora do Meio Ambiente, Solange Vicentini, vai repassar as propostas do município aos integrantes da ONG responsável pelo pedido de liminar e aos integrantes do Movimento Ocupa Londrina. "A promotora vai tentar chegar a um acordo, se eles concordarem a ONG retira a ação e será elaborado um Termo de Ajustamento de Conduta, caso contrário a nossa procuradoria vai entrar com recurso", explicou.

Ele disse que acredita que ainda hoje o município

seja informado sobre a opinião dos grupos contrários a reabertura da rua.

De acordo com a promotora Solange Vicentini, a proposta apresentada ao prefeito não sugere apenas a construção de suas faixas elevadas, como afirmou o secretário de Governo. "A sugestão é de fazer uma rua toda elevada no mesmo nível da calçada dando preferência para o pedestre. A elevação deve ser na quadra inteira e não apenas num pedaço", explicou. "Hoje (ontem) à noite vou conversar com os membros da ONG sobre o assunto", completou. Para a promotora o ideal seria se a rua não fosse reaberta.

24 NOV 2011

FOLHA DE LONDRINA

MP apura se presas foram algemadas ao dar à luz

São Paulo - A Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos do Ministério Público de São Paulo instaurou na terça-feira inquérito civil para apurar denúncias de que presas grávidas teriam permanecido algemadas durante o parto.

As denúncias foram feitas pela Pastoral Carcerária. As presas, da Penitenciária Feminina de Santana e do Centro Hospitalar Penitenciário, teriam sido algemadas em hospitais públicos na Zona Norte da Capital.

O promotor de Justiça Eduardo Ferreira Valério solicita informações da Pastoral Carcerária, da Secretaria Estadual de Assuntos Penitenciários e das direções dos hospitais.

O ESTADO DE S. PAULO

Poderes terão

previdências

separadas

• Proposta

15%

é a contribuição defendida pelo governo para o sistema, sendo 7,5% para o servidor e 7,5% para o governo

24 NOV 2011

Pressionado pelo Judiciário, pelos servidores e por partidos da base, governo desiste de unificar previdência complementar do funcionalismo

Denise Madueño / BRASÍLIA

O governo cedeu às pressões do Judiciário, dos servidores e de parte dos partidos da base - PT, PDT e PCdoB - e aceitou criar fundos de previdência complementar para o funcionalismo de cada um dos três Poderes separadamente.

O fundo único com a possibilidade de planos distintos para Executivo, Legislativo e Judiciário era um dos pilares do projeto que acaba com a aposentadoria integral dos futuros servidores públicos, estabelecendo um teto de benefício e a instituição da aposentadoria complementar.

Depois de mais uma rodada de negociação entre o ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, com líderes de partidos da base e relatores do projeto na Câmara, o governo aceitou outras mudanças. A administração dos fundos poderá ser dos participantes, ou seja, deixará de ser obrigatoriamente terceirizada, como estabelecia a proposta.

O PT resistia a permitir a gestão privada dos fundos. Há uma avaliação de que a medida poderia tirar a liberdade de investimento dos recursos em projetos considerados prioritários do governo. Na defesa do projeto original, Nelson Barbosa argumentou que o modelo de previdência complementar enviado ao Con-

gresso reduziria os custos da administração. "Um único fundo teria vantagem de economia em escala, juntando os recursos."

Ele ponderou, no entanto, que, como os poderes têm autonomia de cargos e salários, a economia poderia ser anulada pela gestão. Agora, serão três fundos com seu plano e gestão paritária entre representantes dos servidores e da União.

Contribuição. O PT pressiona ainda pelo aumento da alíquota de contribuição. Nelson Barbosa reafirmou que os cálculos do governo demonstram que os 15% - 7,5% do governo e 7,5% do servidor - são suficientes para tornar o sistema sustentável. Ele afirmou que a contribuição dará para cobrir por 25 anos o benefício do servidor que se aposentar com 65 anos de idade; depois de contribuir por 35 anos, além de permitir que parcela dos 15%, que ficarão à parte, pague o benefício além dos 90 anos de idade.

Nelson Barbosa argumentou ainda que o cálculo da rentabilidade foi feita de forma conservadora, considerando retorno de apenas 5% ao ano, quando a rentabilidade real média é acima desse percentual. O líder do PT na Câmara, Paulo Teixeira (SP), contestou. "Os 7,5% não dão. Nossos estudos indicam que será necessário a alíquota entre 8,5% a 9,5%. Temos de voltar a esses estudos atuariais."

O líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), afirmou que as negociações caminham para o entendimento e votação do projeto até a primeira semana de dezembro na Câmara. O governo pretende aprovar o projeto neste ano para barrar o crescimento no rombo da Previdência do servidor público e tornar o sistema sustentável.

Enquanto a Previdência Social, que atende 23 milhões de aposentados da iniciativa privada, tem déficit de R\$ 44 bilhões, o rombo na Previdência do funcionalismo público está em R\$ 57 bilhões com número muito menor de beneficiados. São 958 mil aposentados, de 2,11 milhões de servidores públicos da União.

O novo sistema atingirá os servidores que entrarem após a entrada em vigor da lei. A proposta estabelece um teto de aposentadoria equivalente ao do INSS, de R\$ 3.691,74. O trabalhador da administração pública vai contribuir com 11% sobre esse teto. Para se aposentar com benefício maior, terá de contribuir para a previdência complementar.

24 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CCJ contraria Dilma e dá reajuste a juizes

Após presidente ter vetado aumento para o Poder, comissão aprova novo gasto de R\$ 2 bi



Protesto. Servidores foram ontem ao Planalto pedir aumento

Denise Madueño
Eduardo Bresciani / BRASÍLIA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou ontem recursos de R\$ 2 bilhões para assegurar aumento salarial aos ministros do Supremo Tribunal Federal e aos servidores do Judiciário. A proposta aprovada destina o dinheiro, por meio de uma emenda de comissão, ao Orçamento da União de 2012 para custear o pagamento do reajuste, previsto em projetos em tramitação na Câmara.

Além dessa emenda, a CCJ também aprovou outras três somando mais R\$ 330 milhões para serem gastos em despesas do Judiciário e Fundo Partidário. A CCJ é presidida pelo deputado João Paulo Cunha (PT-SP), réu no processo do mensalão.

"Houve uma decisão política da comissão de, em vez de optar por beneficiar outras áreas, direcionar o dinheiro para o Judiciário", disse o deputado Sérgio Baradas Carneiro (PT-BA).

Por conta dos salários, o presidente do Supremo, Cezar Peluso, entrou em atrito com a presidente Dilma Rousseff, que não inclui previsão de aumento para o Judiciário no projeto do Orçamento enviado ao Congresso. Após pressão, o Planalto enviou posteriormente um ofício comu-

● Afagos

A Comissão de Finanças da Câmara também aprovou ontem 16 projetos que orlam 88 cargos de juizes e 1.780 de servidores em 14 Estados, na Justiça do Trabalho. Falta aprovação em plenário.

nicando oficialmente o Legislativo do pleito do outro Poder, mas reforçando sua contrariedade.

A comissão, na justificativa para a destinação dos recursos, argumenta que a magistratura acumula uma perda inflacionária de 21,11%, no período de 2006 a 2011. A finalidade dos recursos, completa a comissão, é viabilizar a aprovação dos dois projetos, propondo reajuste para os ministros do Supremo e o projeto que estabelece o aumento salarial dos servidores do Judiciário e do Ministério Público.

Reajuste. Em agosto, Peluso encaminhou projeto à Câmara propondo um índice de 4,8% de reajuste nos subsídios dos ministros. A proposta não anula, segundo o ministro, a enviada em 2010 ao Congresso, que prevê um aumento de 14% - dos atuais R\$ 26.723,13 para R\$ 30.675,48.

Na emenda aprovada pela CCJ, a proposta é que o reajuste seja parcelado em três vezes de 4,81% nos meses de janeiro e julho de 2012 e janeiro de 2013. A comissão considera que há recursos no Orçamento deste ano - R\$ 156,7 milhões - para conceder o aumento de mais 5,2%.

No caso do reajuste para os servidores, os índices de reajuste chegam a mais de 50% dos atuais salários, e a estimativa do governo feita em 2009, data em que o projeto foi enviado à Câmara, é de um gasto adicional de R\$ 6,4 bilhões. A CCJ destina valor parcial para pagar os custos dos planos de cargos e salários.

Na proposta da comissão, esse aumento será dividido em duas parcelas, em janeiro e em julho do próximo ano. Os recursos totais necessários para bancar o reajuste dos servidores do Judiciário e do Ministério Público, segundo justificativa da proposta, são de R\$ 2,4 bilhões.

Outras emendas destinam R\$ 100 milhões para implantação de varas, R\$ 180 milhões para o Fundo Partidário, R\$ 50 milhões para modernização de instalações da Justiça do Trabalho, além dos R\$ 2 bilhões para aumentos salariais.

O ESTADO DE S. PAULO

OAB dá selo a 7,4%

dos cursos do País

Só 90 das 1.210 faculdades de Direito receberam o OAB Recomenda, que garante qualidade; em São Paulo, 5,8% dos cursos ganharam selo

Evandro Fadel / CURITIBA

Das 1.210 faculdades de Direito existentes no País, apenas 90 – ou 7,4% delas – conseguiram o selo OAB Recomenda, que garante a qualidade do ensino dentro de critérios que levaram em conta o último Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e os três últimos exames de ordem, promovidos pela Ordem dos Advogados do Brasil. No Estado de São Paulo, entre 241 faculdades, apenas 14 (5,8%) foram contempladas.

“É reflexo da condução do ensino jurídico, em que se privilegiou a quantidade em detrimento da qualidade e interesses econômicos em detrimento dos sociais que estão por detrás da educação”, disse o presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante.

O trabalho realizado por uma equipe da OAB, dentro de critérios matemáticos que deram peso 1 para o Enade e peso 3 para o exame da ordem, deve ser repetido em dois anos. A partir dessa análise criou-se uma média ponderada que varia entre 0 e 7,25.

Os cursos que conseguiram nota final 5 dentro da fórmula empregada foram recomendados. Entre os pré-requisitos para que a faculdade fosse avaliada estava participação nos três últimos exames de ordem com ao menos 20 alunos inscritos. Do total, 791 faculdades enquadraram-se nas exigências e foram analisadas.

Desde o último OAB Recomendada, divulgado em 2007, houve a criação de mais 164 faculdades no País, enquanto o número das que conquistaram o selo subiu de 87 para 90.

“Isso nos faz pensar que em algumas ocasiões há critérios pouco republicanos nas autorizações para novos cursos jurídicos”, declarou o presidente da Comissão Nacional de Educação Jurídica da OAB, Rodolfo Geller. O selo foi criado em 2001 pelo então presidente da OAB Reginaldo de Castro.

“A maioria das faculdades vende sonhos e entrega pesadelo”, disse Castro. “Não há preocupação com a qualidade, mas com a rentabilidade.”

Ponderação. Ao apresentar os nomes das faculdades recomendadas, que estão no site www.oab.org.br, durante a 21.ª Conferência Nacional dos Advogados, que terminou ontem em Curitiba, Cavalcante disse que não necessariamente as faculdades não contempladas com o selo sejam ruins. “Mas, dentro de um critério de qualidade, é necessário que melhorem”, ponderou. “Queremos incentivar para que elas melhorem e o Ministério da Educação fiscalize e exija mais.”

Ele reiterou os pedidos que a OAB tem feito ao ministério para não autorizar a criação de novos cursos de Direito no País, que tem cerca de 655 mil estudantes e forma entre 80 mil a 100 mil bacharéis por ano.

“Mas cabe ao ministério e ao Conselho Nacional de Educação a última palavra”, disse. “Será que é essa universalização que nós queremos ou se está criando mais vagas em Direito e em outros cursos apenas para alimentar um sonho de o Brasil crescer o seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), a fim de que possa ter respeito mundial?”, questionou.

24 NOV 2011

OS APROVADOS EM SP

- Centro Universitário do Instituto de Ensino Superior COC, de Ribeirão Preto
- Escola de Direito de São Paulo (Direito GV), de São Paulo
- Faculdade de Ciências Econômicas (Facamp), de Campinas
- Faculdade de Direito de Franca
- Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (FDSBC)
- Faculdade de Direito de Sorocaba (Fadl), unidade sede
- Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus (FDDJ), de São Paulo
- Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, de Presidente Prudente
- Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
- Universidade de São Paulo (USP), de Ribeirão Preto
- Universidade de São Paulo (USP), de São Paulo
- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), de Franca
- Universidade Presbiteriana Mackenzie (Mackenzie), em São Paulo

24 NOV 2011

O ESTADO DE S. PAULO

JUSTIÇA

STF confirma liberação de marchas da maconha

O Supremo Tribunal Federal confirmou ontem a liberação de marchas da maconha no País. O plenário entendeu que os direitos constitucionais de reunião e de livre expressão garantem a realização das marchas. Em junho, o STF decidiu que o artigo do Código Penal que proíbe apologia de fato criminoso não pode impedir manifestações em defesa da legalização de drogas. Ontem, os ministros também interpretaram que artigo da chamada lei de tóxicos que criminaliza induzir o uso de droga não pode vetar as manifestações.

24 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Deputados aprovam verba para Judiciário

Emenda no valor de R\$ 2 bilhões tem o objetivo de viabilizar reajuste a ministros do STF e a servidores da Justiça

Proposta visa reduzir o mal-estar causado por conta da resistência do governo em incluir a despesa no Orçamento

MARIA CLARA CABRAL
DE BRASÍLIA

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara aprovou ontem recursos de R\$ 2 bilhões para viabilizar o reajuste dos ministros do Supremo Tribunal Federal e dos servidores do Judiciário.

A proposta aprovada destina o dinheiro ao Orçamento da União de 2012, por meio de uma emenda.

A intenção dos deputados da comissão é minimizar o mal-estar entre o Executivo e o Judiciário criado por causa da resistência do governo em conceder os aumentos.

O desentendimento entre os dois Poderes teve início quando as previsões de receitas e gastos do ano que vem foram enviadas ao Congresso sem as propostas de reajustes da Justiça.

Após pressão do presidente do Supremo, Cezar Peluso, o Planalto enviou um adendo ao projeto orçamentário. Mas, por causa da política de austeridade, o governo não garantiu que o aumento seria concedido e voltou a repetir que não pode arcar com o impacto, que seria de cerca de R\$ 7,7 bilhões.

A finalidade dos recursos é viabilizar pelo menos parte dos dois projetos que tramitam na Câmara. Um que prevê até 56% de reajuste para

servidores do Judiciário e outro que concede 14,7% para os ministros do Supremo. Um terceiro texto, enviado posteriormente, prevê aumento de 4,8% para os ministros.

A emenda de R\$ 2 bilhões ainda precisa ser acatada e votada no projeto orçamentário do ano que vem.

O presidente da CCJ, João Paulo Cunha (PT-SP), diz acreditar que a aprovação de ontem tem força política para isso. "O relator do Orçamento pode se sentir sensibilizado para conceder o reajuste", disse Cunha.

Réu no processo do mensalão, Cunha negou que a aprovação tenha acontecido para sensibilizar os ministros no seu julgamento.

FUNDO DE PREVIDENCIA

Também por pressão do Judiciário, o governo cedeu na criação do fundo de previdência dos servidores da União.

Foram criados três fundos diferentes: um para os servidores do Executivo, um para os do Legislativo e outro para os do Judiciário. O texto original previa a criação de apenas um fundo, que englobaria os Três Poderes.



Ministro Cezar Peluso durante sessão plenária do Supremo

24 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

Fundamentalismo ateu

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Voltávamos, Francisco Rezek e eu, de uma posse acadêmica em Belo Horizonte quando ele utilizou a expressão "fundamentalismo ateu" para se referir ao ataque orquestrado aos valores das grandes religiões que vivemos na atualidade.

Lembro-me de conversa telefônica que tive com meu saudoso e querido amigo Octavio Frias, quando discutíamos um editorial que estava para ser publicado sobre encíclica do papa João Paulo 2º, do qual discordava quanto a alguns temas.

Argumentei que a encíclica era destinada aos católicos e que quem não o era não deveria se preocupar. Com inteligência, perspicácia e bom senso, Frias manteve o editorial, mas acrescentou a observação de que o papa, embora cuidando de temas universais, dirigia-se fundamentalmente aos de fé cristã.

Quando fui sustentar, pela CNBB, perante o STF, a inconstitucionalidade da destruição de embriões para fins de pesquisa científica —pois são seres humanos, já que a vida começa na concepção—, antes da sustentação fui hostilizado, a pretexto de que a Igreja Católica seria contrária à ciência e que iria falar de religião, não de ciência e direito.

Fui obrigado a começar a sustentação informando que a Academia

Além dos avanços na ciência feitos por sacerdotes, a Igreja ofereceu ao mundo moderno o seu maior instrumento de cultura, ou seja, a universidade

de Ciências do Vaticano tinha, na ocasião, 29 Prêmios Nobel, enquanto o Brasil até hoje não tem nenhum, razão pela qual só falaria de ciência e direito. Mostrei todo o apoio emprestado pela Academia às experiências com células-tronco adultas, que estavam sendo bem-sucedidas, enquanto havia um fracasso absoluto nas experiências com células-tronco embrionárias.

De lá para cá, o sucesso com as experiências utilizando células tronco adultas continuam cada vez mais espetaculares. Já as pesquisas com células embrionárias permanecem em estágio "embrionário".

Trago essas reminiscências, de velho advogado provinciano, para demonstrar minha permanente surpresa com todos aqueles que, sem acreditar em Deus, sentem necessidade de atacar permanentemente os que acreditam nos valores próprios das grandes religiões, que, como diz Toynbee em seu "Estudo da História", terminaram por confor-

mar as grandes civilizações.

Por outro lado, Thomas E. Woods Jr., em seu livro "Como a Igreja Católica Construiu a Civilização Ocidental", demonstra que, além dos fantásticos avanços na ciência feitos por sacerdotes cientistas, a Igreja ofereceu ao mundo moderno o seu maior instrumento de cultura e educação, ou seja, a universidade.

Aos que direcionam essa guerra atea contra aqueles que vivenciam a fé cristã e cumprem seu papel, nas mais variadas atividades, buscando a construção de um mundo melhor, creio que a expressão do ex-juiz da Corte de Haia é adequada.

Só não se assemelham aos "fundamentalistas" do Oriente Médio porque não há terroristas entre eles.

Num Estado, o respeito às crenças e aos valores de todos os segmentos da sociedade é a prova de maturidade democrática, como, aliás, o constituinte colocou no artigo 3º, inciso IV, da nossa Constituição Federal, ao proibir qualquer espécie de discriminação.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, 76, advogado, professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra, é presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio.

FOLHA DE S. PAULO

VERA PAIVA

24 NOV 2011

Comissão da Verdade:

quem cala, consente

A impunidade e o sigilo sobre a violação de direitos humanos serão cúmplices do sofrimento dos brasileiros cotidianamente afetados por herança de horror

Eu presenciei, no dia 18 de novembro, no Palácio do Planalto, a presidenta Dilma sancionar a Comissão da Memória e da Verdade.

Pode ser um passo histórico para o país. Não somente para as famílias de adolescentes, mulheres e homens marcados por tortura, prisões arbitrárias, mortes e desaparecimentos no período da ditadura.

Afinal, até hoje, incontáveis brasileiros, especialmente os mais pobres, os menos brancos e os homossexuais ainda têm seus direitos violados, são cotidianamente agredidos sem defesa nas ruas ou presos arbitrariamente, sem respeito à integridade física e moral.

Como a juíza Patrícia Acioli, muitos ainda são brutalmente assassinados quando buscam justiça.

Nossa história familiar é, portanto, uma entre tantas já testemunhadas. A exposição sobre Rubens Paiva, que viaja o Brasil, mostra a vida do jovem estudante da UEE que lutou pelo "Petróleo é Nosso", depois eleito deputado federal e cassado pelo golpe de 1964.

Paí de cinco filhos, bem-sucedido engenheiro e democrata preocupado com o seu país, foi preso em casa quando voltava do vôlei da praia, feliz em almoçar com a família no feriado. Dirigiu seu carro até o quartel, cujo recibo de entrega é a única prova de que foi preso.

Minha irmã de 15 anos e minha mãe, sequestradas no dia seguinte, ficaram dias no DOI-CODI, cenário de horror naqueles tempos. Reencontrei-as esqueléticas e com a alma partida. Minha mãe por anos a fio tentou encontrá-lo, ou pelo menos ter notícias. Nenhuma notícia.

Quarenta anos depois, nós da família e os amigos honramos juntos sua memória na inauguração da exposição, finalmente. Descobrimos que a data em que cada um decidiu que Rubens Paiva tinha morrido variava muito, meses e anos diferentes: aceitar que ele tinha sido assassinado seria matá-lo mais uma vez.

Essa cicatriz ficará menos dolorida se nada disso se repetir, se o Brasil consolidar sua democracia e seu caminho para a paz.

Na cerimônia em que ouvi o bom discurso da presidenta Dilma e recebi seu abraço carinhoso, não tive a oportunidade de falar.

Lembraria em minha fala que em 1977, numa das primeiras manifestações pós-1968 pelas liberdades democráticas e contra prisões arbitrárias de colegas, como estudantes organizados no DCE da USP distribuíamos pacificamente uma carta aberta à população.

Parados pelas bombas do coronel Erasmo Dias, sentamos no viaduto do Chá e lemos em voz alta a carta que recitava: "Hoje, consente quem cala".

Essa será uma "Comissão da Meia Verdade" se calarmos ou consentirmos, não é mesmo?

Autonomia, soberania e uma grande equipe de apoio são necessárias à Comissão para que a Memória e a Verdade venham à tona.

Será fundamental para que os violadores de direitos humanos, os armados torturadores de hoje, não se sintam impunes e impeçam a paz e a justiça de todos os dias.

Chile, Argentina e África do Sul deram exemplos de como fazê-lo. Entidades internacionais concordam conosco que a impunidade e o sigilo sobre a violação de direitos humanos, ontem e hoje, serão cúm-

plices do sofrimento dos brasileiros cotidianamente afetados por essa herança de horror.

Embora não mais apoiada em leis de exceção, essa herança segue pela ação daqueles que desrespeitam sua obrigação constitucional, dos que perpetuam a cultura que alimenta a intolerância e a violência institucionalizada. A democracia deve ser reconstruída e valorizada a cada geração. Somos todos responsáveis, civis e militares.

Hoje, quem calar consentirá.

VERA PAIVA, filha de Rubens Paiva, é professora do Instituto de Psicologia da USP.

FOLHA DE S. PAULO

Além da dose 24 NOV 2011

A proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos é uma daquelas leis que jamais foram cumpridas com rigor no Brasil.

Uma pesquisa recente encomendada pelo governo do Estado de São Paulo mostrou que um em cada cinco adolescentes entre 12 e 17 anos bebe regularmente, e quatro em cada dez conseguem comprar álcool sem restrições.

Diante desse quadro, é salutar a nova lei estadual que busca endurecer as regras contra o consumo de álcool por adolescentes.

Em vigor desde o fim de semana passado, a legislação impõe multas de R\$ 1.745 a R\$ 87.250 a estabelecimentos que vendam bebida alcoólica a menores de idade.

Assim como ocorreu com a bem-sucedida lei antifumo, a expectativa de punição deve reforçar os controles de bares e supermercados e tornar mais difícil o acesso de adolescentes ao álcool.

Idealizada segundo as regras da "tolerância zero", a nova Lei Antiálcool erra, porém, ao transferir para os estabelecimentos comerciais a total responsabilidade pelo consumo de bebida por menores, mesmo em situações que não estão sob seu controle.

O ponto mais contestável é o enquadramento do comerciante ainda que a bebida seja comprada legalmente por um maior e repassada a um menor. Não é razoável imaginar que os bares tenham bedéis para verificar e proibir, por exemplo, um pai de oferecer um copo de cerveja a seu filho. A pena, se coubesse, deveria recair sobre o adulto irresponsável, não sobre o comerciante.

O Sindicato de Bares e Restaurantes também reclama, com razão, da multa a quem vender bebida para jovem com documento de identidade falsificado. A não ser que se trate de uma montagem grosseira, é exigir demais que os vendedores se transformem em peritos a detectar fraudes em carteiras.

O terceiro aspecto sob contestação, a obrigatoriedade de geladeiras separadas para bebidas alcoólicas e outras, também é controverso. Além de gerar custo extra para os comerciantes —que pode ser expressivo em alguns casos—, sua utilidade é duvidosa.

A nova lei acerta ao reforçar restrições e impor multas mais pesadas, mas exagera na dose nos pontos acima mencionados —que deveriam ser revistos.

24 NOV 2011

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Justiça

Parabéns a Fernando Rodrigues pelo texto "A capivara e os juizes" ("Opinião", ontem). Além do que ele muito bem falou, gostaria de saber como os cidadãos que foram prejudicados nas sentenças "vendidas" poderão defender-se. As iniciais dos juizes já foram escondidas, seus nomes talvez nunca sejam divulgados. Mas como fica o cidadão prejudicado? Por que, com os juizes, sempre tem que ser diferente?

Está provado que eles são tão humanos e passíveis de corrupção como políticos, empresários etc. Por isso esse assunto deveria ser bem exposto, com o nome de todos os suspeitos apresentados para, pelo menos, o cidadão prejudicado saber que pode pedir a anulação de seu processo e, assim, buscar a verdadeira justiça.

LUIZ SERTÓRIO (São Paulo, SP)

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria busca bens de conselheiro do TCE na Suíça

24 NOV 2011

Eduardo Bittencourt foi afastado da corte

RODRIGO VIZEU
DE SÃO PAULO

O Ministério Público Estadual de São Paulo vai pedir a Suíça, Reino Unido e Uruguai a localização e bloqueio de ativos financeiros e outros bens que estejam no nome do conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado) Eduardo Bittencourt Carvalho, ex-presidente da corte.

A Procuradoria quer a ajuda dos países por não ter conseguido identificar o destino de US\$ 7 milhões que passaram por contas no exterior ligadas a Bittencourt.

Ele foi afastado ontem do cargo após decisão da juíza Márcia Helena Bosch, da 1ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo. Ela também determinou a indisponibilidade dos bens do conselheiro.

A magistrada, que também foi responsável por autorizar o pedido aos países, viu "sérios e fundados indícios de improbidade administrativa" por Bittencourt.

O conselheiro é acusado pela Procuradoria de enriquecimento ilícito, declaração falsa de bens e de manter atividade comercial ilegal. Também são acusadas de irregularidades a ex-mulher e a amante dele.

A investigação de Bittencourt veio à tona pela primeira vez em reportagem da **Folha**, em 2008.

Com base em quebras de sigilo e outros registros, o Ministério Público acredita que Bittencourt tenha usado empresas para lavar dinheiro.

Bittencourt ampliou seu patrimônio em 414% em 13 anos, chegando a pelo menos R\$ 50 milhões acumulados. Já sua renda comprovada é de R\$ 6 milhões.

A suspeita é de que o salto patrimonial tenha origem em propina cobrada no TCE.

A defesa de Bittencourt disse que prepara recurso contra a decisão da juíza. O conselheiro nega as acusações.

24 NOV 2011

Entrevista

GAZETA DO POVO

CNJ decidirá se TJ paranaense poderia ter criado 787 cargos

Elhana Calmon, corregedora nacional de Justiça.

Kamilla Mendes Martins

A corregedora nacional de Justiça, Elhana Calmon, causou furor recentemente por suas declarações, ao dizer que havia "bandidos de toga" no país. Ontem, em Curitiba, na XXI Conferência Nacional dos Advogados, a ministra — que integra o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) — voltou a falar de assuntos polêmicos. Disse, por exemplo, que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) precisam perder poderes e passar a ter mandatos, ao invés de um cargo vitalício.

Sobre a situação do Paraná, que está passando por nova inspeção do CNJ, Elhana Calmon afirmou que a criação de 787 cargos comissionados pelo Tribunal de Justiça, aprovada neste mês na Assembleia Legislativa, ainda será julgada. Na inspeção de 2010 havia uma recomendação para que o judiciário local tivesse mais concursados e menos comissionados (cargos de livre indicação). Veja os principais trechos da entrevista com a ministra:

O que a senhora pensa sobre a forma de escolha dos ministros para o STF? A senhora é favorável a que os ministros tenham mandato?

Em todas as cortes supremas, no mundo inteiro, a escolha é política. O Supremo Tribunal Federal é um tribunal político. O que eu entendo é que no caso brasileiro a corte maior ficou com o controle político — que é o controle concentrado das ações diretas de constitucionalidade, as ações declaratórias

de inconstitucionalidade, etc. E, ao mesmo tempo, ficou com o controle difuso — que são os processos julgados através de recursos extraordinários. Aí é que reside o problema, porque me parece que a corte ficou com uma competência imensa e está absolutamente assoberbada de trabalho. É importante que nós façamos a divisão para tornar o Supremo apenas uma corte constitucional. Não sei se o Brasil está amadurecido para isso. Existe uma resistência por parte do próprio Supremo, porque os ministros terão mandato.

Em que pé estão as inspeções do CNJ no Tribunal de Justiça do Paraná?

O ministro Gilson Dipp, meu antecessor, fez uma inspeção aqui em 2010 e foram encontradas diversas questões de natureza administrativa, problemas de gestão. Alguns até difíceis de solucionar, como por exemplo a questão dos cartórios extrajudiciais que estão nas mãos de particulares. Resolver isso depende de lei, depende de concurso público. O ministro Gilson Dipp pontuou no relatório da inspeção todas essas dificuldades e deficiências que foram encontradas no tribunal. A volta da inspeção é para verificar se o tribunal fez o dever de casa. Se o tribunal realmente se empenhou em solucionar os problemas que foram apontados pela inspeção.

O CNJ baixou resolução sobre a diminuição no número de cargos comissionados. O TJ do Paraná, porém, acabou de aprovar na Assembleia Legislativa mais de 700 cargos comissionados. Como a senhora vê isso?

Não vou falar sobre isso porque está sob a minha alçada. O CNJ vai julgar essa situação. Vamos verificar se isso está dentro da legalidade absoluta.

Que avaliação a senhora faz sobre a campanha que foi lançada no Paraná, no mês passado, sobre a valorização do magistrado?

É muito positiva. Temos de fazer esta campanha. É importante que a magistratura mantenha a autoestima. E no momento que os jurisdicionados não estão reconhecendo muito o valor da Justiça, criticando abertamente, com a imprensa criticando o Poder Judiciário, esta campanha de valorização da magistratura é importante, principalmente para os juizes de primeiro grau.



24 NOV 2011

GAZETA DO POVO



Conferência Nacional
dos Advogados

DIREITO

Afeto familiar deve se sobrepor à lei

A jurisprudência ainda não decidiu que rumo tomar sobre a paternidade socioafetiva, colocando milhares de pessoas em insegurança

jurídica e até emocional

Vanessa Prateano

A família e sua diversidade de papéis foi o grande tema do painel dedicado aos "Direitos das Famílias, da Criança, do Adolescente e do Idoso", da 21.ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, que encerra hoje em Curitiba com três grandes debates (cotas raciais, controle da comunicação e proteção ambiental). A tônica que permeou os direitos familiares foi a importância do afeto familiar e da liberdade individual, acima da verdade formal e da letra fria da lei. Os juristas que fizeram parte da mesa ressaltaram que atualmente as noções de paternidade e união se encontram avessas às rotulações impostas pela biologia e pelo próprio Direito.

A síndrome de alienação parental (quando a mãe dificulta a boa relação dos filhos com o pai ou vice-versa), por exemplo, é um problema que atinge 85% dos

divórcios. O presidente da OAB/MG, Luis Cláudio da Silva Chaves, se mostrou indignado com o fato de que hoje faltam psicopedagogos nas Varas de Família para acompanhar as crianças durante o processo de divórcio, o que causa um dano psicológico muitas vezes irreparável.

Outras duas questões que sofreram críticas foram a ostentação e a morosidade da Justiça. "Enquanto faltam profissionais desse tipo, o Judiciário gasta centenas de milhões na construção de prédios imponentes. Temos de nos perguntar se queremos gastar com prédios ou com material humano", questiona Chaves. Ele também fez um apelo aos homens, os mais prejudicados pela alienação parental, que em geral não ficam com a guarda do filho e têm dificuldades de convivência. "Sugiro não esperarem o filho completar 18 anos para procurá-lo. Não se omitem, busquem a Justiça."

Filhos

A paternidade socioafetiva foi outro tema em destaque, discutido pelo professor de Direito da Universidade Federal do Paraná Luiz Edson Fachin. Hoje, segundo Fachin, a jurisprudência ainda não decidiu que rumo tomar sobre a herança dos filhos afetivos, colocando em insegurança jurídica e, até emocional, milhares de pessoas. Em casos recentes, a Justiça tem se dividido entre aceitar e recusar o pedido de filhos biológicos para que se exclua do testamento os filhos "de criação".

A união estável foi outro assunto que gerou comentários e indagações, desta vez ao advogado e ex-diretor da Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro Gustavo Tepedino. O palestrante elogiou a recente decisão do Supremo Tribunal Federal que equiparou juridicamente as uniões estáveis de homossexuais à de heterossexuais. Por outro lado, ele criticou a intromissão do Estado na vida pessoal dos cidadãos, ao tentar dar valores diferentes aos vários tipos de união, assim como em determinar qual tipo de relacionamento é válido.

No encerramento do painel, o advogado Rolf Madaleno sugeriu que a Justiça trate a violência doméstica e familiar contra a mulher não apenas como um crime, mas como um caso de família, dando a juízes de família competência para determinar a prisão de agressores que não respeitarem a medida protetiva.

CONTINUA

24 NOV 2011

GAZETA DO POVO

CURIOSIDADES

Veja alguns fatos marcantes do dia

Propriedade

O filósofo francês Pierre Joseph Proudhon, autor da famosa frase "a propriedade é um roubo", foi citado duas vezes no Painel 13 da conferência da OAB, que tratava, justamente, dos Direitos de Propriedade. Proudhon foi primeiramente citado pelo advogado Zulmar Fachin, que comparou a teoria do francês com a do liberal John Locke. Já o presidente do TRF, Olindo Menezes, comentou que "a própria frase se desdiz": "Se é um roubo, então pertence a alguém."

Escândalo

Um dos palestrantes, de um dos painéis da Conferência da OAB, fez um escândalo ontem porque não deixaram ele terminar sua palestra.

CONTINUAÇÃO

Ele já falava havia 50 minutos, tinha extrapolado o tempo de exposição, que era de 25 minutos, e ainda assim ficou indignado.

Declaração

No painel 16, intitulado "Judiciário, Ministério Público e Democracia", o ministro João Otávio Noronha, no início de sua palestra, fez uma "declaração" às mulheres. Saudou a mulher brasileira advogada, que vem ocupando cada vez mais espaço na comunidade jurídica. E mais. Disse que tinha um "olhar carinhoso de amigo" para a corregedora Ellana Calmon. "Tenho esperança que um dia venhamos a aprovar uma emenda para que o STJ fosse formado por 32 mulheres e eu como presidente." O comentário arancou risadas da platela.

PROGRAMAÇÃO

Confira quais serão os debates de hoje, que ocorrem das 9 às 11 horas

Cotas Raciais e Sociais

- 1 – Demóstenes Torres (senador da República)
- 2 – Márcio Thomaz Bastos (advogado, ex-ministro da Justiça e ex-presidente nacional da OAB)

Proteção Ambiental e Desenvolvimento

- 1 – Kátia Abreu (senadora da República)
- 2 – Hermann Benjamin (ministro do STJ)

Controle da Comunicação

- 1 – Miguel Reale Junior (ex-ministro da Justiça e professor da USP)
- 2 – Walter Pinheiro (senador da República)

SELO OAB

Ordem divulgou ontem 90 cursos de Direito recomendados no país. Veja os do Paraná:

- | | | |
|--|--|---|
| ▶ Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba) | ▶ Universidade Estadual de Maringá (UEM), em Maringá | ▶ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) |
| ▶ Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) | ▶ Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) | ▶ Universidade Federal do Paraná (UFPR) |
| ▶ Universidade Estadual de Londrina (UEL), em Londrina | ▶ Faculdade do Norte Pioneiro (Fundnopi), em Jacarezinho | |

Confira o nome de todas as recomendadas no site www.oab.org.br

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Painel defende
restrições a
“promotores
midiáticos”

24 NOV 2011

Kamila Mendes Martins

! Não é possível que haja qualquer redução dos poderes dos dois conselhos nacionais de controle do Poder Judiciário e do Ministério Público. Esta é a mensagem que os participantes do painel “Judiciário, Ministério Público e Democracia”, da 21.ª Conferência Nacional dos Advogados, quiseram passar à sociedade.

A corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon, mesmo sendo a sexta a falar no painel, conseguiu arrancar aplausos da plateia quando se referia aos problemas do Poder Judiciário que o CNJ procura solucionar. Segundo ela, o conselho está fazendo um trabalho de imensa dificuldade e abrangência incrível. “Estamos mexendo com dois séculos de tradição e cultura. Não é fácil vencer a tradição.”

Já o conselheiro Almino Afonso Fernandes, do Conselho Nacional do Ministério Público, fez duras críticas ao fato de alguns membros do MP exercerem cargos em outros poderes sem renunciarem à sua função original. Segundo ele, um promotor ou procurador de Justiça que passa a desempenhar atividades em outros poderes, como o Executivo, por exemplo, acaba por deixar de lado sua função precípua, que é a defesa da sociedade brasileira.

Fernandes criticou ainda a atuação dos promotores que chamou de “midiáticos”. “Queremos coibir a atuação de promotores midiáticos. Eles querem subtrair do Poder Judiciário a competência de dizer o direito.” Para Fernandes, é papel dos conselhos nacionais garantir o devido processo legal, “de forma a não permitir que esses membros que se acham maiores que as instituições possam se consagrar através de uma atuação que exorbita as suas funções”.

24 NOV 2011
GAZETA DO POVO

SELO DE QUALIDADE

Não resta dúvida de que a educação é a base para tudo na vida, a ressalva que se faz é quanto à qualidade da educação posta à disposição. O Brasil, sabidamente, tem sérios problemas na área, que começam já nas primeiras letras e se estendem até o ensino superior. No caso deste, a avassaladora quantidade de cursos universitários acaba em parte provocando uma pura mercantilização que desemboca na formação de maus profissionais para o mercado. O Direito não foge à regra diante da profusão de faculdades jurídicas hoje existentes no país, situação que vem preocupando seriamente a OAB. Pela relevância, o tema foi discutido na terça-feira, na 21.ª Conferência Nacional dos Advogados, que está sendo realizada em Curitiba. A avaliação dos participantes é de que o ensino jurídico no país vive hoje um caos, fruto da frouxidão em relação às exigências que deveriam nortear a qualificação dos cursos. Contra este estado de coisas foi aprovada, na Conferência, a volta do selo "OAB Recomenda", pelo qual serão destacadas as 90 melhores escolas de Direito hoje disponíveis. Uma iniciativa que deve ser enaltecida pelo propósito que tem de indicar aquelas que oferecem um ensino jurídico que efetivamente garante a formação do futuro bacharel. Uma proposta, aliás, que perfeitamente poderia ser adotada por todos os demais cursos universitários.

24 NOV 2011

GAZETA DO POVO

RINGA FOGO

"Temos que evitar demandas que se repetem. Como o Estado que usa o Judiciário como instrumento de retardo do atendimento de demandas legítimas."

Gilmar Mendes, ministro do STF, afirmando que o Estado brasileiro usa a Justiça para procrastinar a solução de problemas legítimos da sociedade.



Alta mortalidade no trânsito

Paraná tem a 2.^a maior taxa de homicídios não intencionais em colisões. Número de vítimas cresceu 13%

Rafael Waltrick

O Paraná registrou em 2010 a segunda maior taxa de homicídio culposo (quando não há intenção de causar morte) no trânsito do país. Foram 22,5 casos a cada 100 mil habitantes, segundo dados apresentados ontem na 5.^a edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. O estado ficou atrás apenas de Sergipe, cujo índice foi de 39,9 casos. Apesar de o estudo não mencionar causas, especialistas e envolvidos na investigação de acidentes de trânsito são unânimes: a maior parte das mortes está ligada à imprudência e ao descuido dos condutores e, portanto, poderia ser evitada.

Ainda de acordo com o levantamento elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que também reúne informações sobre gastos em segurança pública e população carcerária, entre outros temas, o Paraná teve um aumento de 13% em 2010 no número de homicídios culposos no trânsito. Passou de 2.080 casos em 2009 para 2.354, resultando em uma média de 6,4 mortes por dia no ano passado.

Os números dizem respeito somente a acidentes que envolveram a morte de terceiros e cujos envolvidos foram indiciados pela Polícia Civil por terem alguma responsabilidade no caso. Hoje, toda morte no trânsito obrigatoriamente resulta na abertura de inquérito policial.

Investigação rigorosa

Para o titular da Delegacia de Delitos de Trânsito (Dedetran) de Curitiba, Armando Braga, as estatísticas não necessariamente comprovam que o Paraná é um dos estados mais violentos no trânsito. Segundo ele, o rigor na investigação dos acidentes resulta em indiciamentos, pelo menos na capital, em "99% dos casos" — o que ajudaria a inflar as estatísticas.

"Há estados em que sequer o inquérito é aberto quando ocorre a morte", diz Braga. "Aqui, em geral o indiciamento [por homicídio culposo] só não acontece quando se verifica que o acidente era praticamente inevitável e o motorista tomou todas as precauções de segurança possíveis. Mas, infelizmente, isso é exceção".

A promotora da 2.^a Vara de Delitos de Trânsito de Curitiba, Stella Maria Flores Floriani Burda, destaca que o fato de o motorista não ter tido a intenção de causar a morte da vítima não o isenta de culpa. "Esse grande índice de mortes é fruto da imprudência, do descaso e da negligência dos condutores. Quando entramos no nosso carro de manhã, não queremos ou esperamos nos envolver em acidentes. Mas, dependendo da nossa conduta, damos margem para algo muito grave acontecer", opina.

A evolução no número de homicídios culposos apontada pelo anuário acompanha o crescimento progressivo do número total de mortes no trânsito no Paraná. Ano passado, segundo números do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, 3.433 pessoas morreram no estado em decorrência de acidentes de trânsito. Nos últimos dez anos, houve um crescimento de 37% no número de mortes.

24 NOV 2011

Sabe quantas pessoas já morreram no trânsito hoje?

www.chegadeacidentes.com.br



Seguindo o líder - 107 261

Vítimas do trânsito desde set/2009.



Panel no Jardim Botânico de Curitiba contabiliza o número de mortes no trânsito brasileiro; no ano passado, em média 6,5 pessoas perderam a vida em acidentes no Paraná.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

24 NOV 2011

QUADRO DA VIOLÊNCIA

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública revela que o Paraná tem algumas das taxas mais altas de morte violenta do país:

Trânsito

Conheça os estados com as maiores taxas de homicídios culposos em acidentes de trânsito em 2010.

	Casos	Taxa por 100 mil hab.
Sergipe	826	39,9
Paraná	2.354	22,5
Rondônia	350	22,4
Acre	133	18,1
Distrito Federal	373	14,5
Mato Grosso	418	13,8
Paraná	521	13,8
Alagoas	427	13,7
Rio Grande do Sul	1.405	13,1
Rio Grande do Norte	412	13,0

PARANÁ Casos em 2009: 2.080 Casos em 2010: 2.354 **+13%**

Homicídios

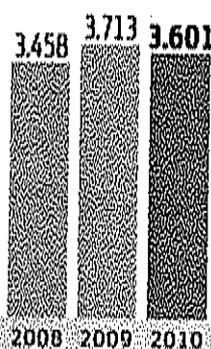
Conheça a lista dos estados com as taxas mais altas de assassinatos em 2010.

	Casos	Taxa por 100 mil hab.
Alagoas	2.127	68,2
Paraná	1.438	38,2
Pernambuco	3.201	36,4
Rondônia	548	35,1
Sergipe	700	33,8
Paraná	2.517	33,2
Bahia	4.442	31,7
Paraná	3.276	31,4
Ceará	2.641	31,2
Amazonas	1.053	30,2
BRASIL	40.974	21,5

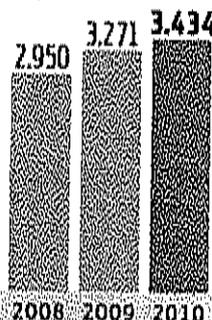
Mortes violentas

Em 2010, houve uma queda no número de mortes por agressão no Paraná. A redução, no entanto, reflete a queda no total de casos que não foram classificados como intencionais. O número de homicídios e outros crimes violentos ainda cresce.

Mortes por agressão



Crimes violentos letais



Diferença (não intencional)



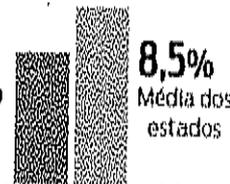
Investimento

Apesar das altas taxas, o Paraná investiu mais em segurança em 2010.

	2009	2010	Variação (%)
BRASIL	R\$ 45,6 bi	R\$ 47,6 bi	4,4
PARANÁ	R\$ 1,2 bi	R\$ 1,4 bi	16,4

O estado, porém, ainda investe menos do que a média (gasto em segurança em relação ao total de despesas dos estados)

6,3%
Paraná



CONTINUA

24 NOV 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

COMO OCORRE O INDICIAMENTO

O indiciamento do motorista por homicídio culposo passa por várias etapas e depende de provas técnicas e testemunhos. O processo, porém, pode esbarrar em uma série de entraves burocráticos e estruturais:

Abertura de inquérito

Toda morte no trânsito deve ser investigada por meio de inquérito policial. Porém, no Paraná, somente Curitiba tem uma delegacia especializada em trânsito. Nos outros municípios, a investigação ocorre em delegacias comuns.

Investigação

Assim como em outros homicídios, as mortes no trânsito são investigadas por meio de exames e laudos periciais, além de depoimentos de envolvidos e testemunhas. A falta de efetivo policial para apurar os casos e a demora na confecção dos laudos são apontadas como as principais causas na lentidão das investigações.

Indiciamento

Se o delegado responsável pelo caso conseguir juntar provas que comprovem a responsabilidade do condutor no acidente, ele faz o indiciamento junto ao Ministério Público. O MP, então, pode denunciar o motorista à Justiça ou pedir que novas diligências sejam feitas pela polícia.

Penas

O Código de Trânsito Brasileiro prevê pena de detenção de dois a quatro anos ao motorista condenado por homicídio culposo. Na maior parte dos casos, porém, o condutor responde à pena em regime aberto ou prestando serviços comunitários. Ele também pode ter a carteira de habilitação suspensa. Na esfera cível, a família da vítima pode requerer indenizações financeiras.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

24 NOV 2011

Conscientização exige mudança individual dos motoristas

† As ressalvas quanto à contagem dos homicídios não escondem uma realidade preocupante: muitas pessoas estão perdendo a vida no trânsito.

Especialista em trânsito e professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), José Mario de Andrade reforça que o combate às mortes no trânsito é complexo por envolver três diferentes demandas, intimamente ligadas e geralmente deficitárias: fiscalização ostensiva, infraestrutura urbana adequada e educação dos motoristas.

"Mas a principal questão é comportamental", diz. "O Código de Trânsito estabelece que o automóvel precisa respeitar os veículos menores, como bicicletas. É lei. Ou eu me comporto assim, ou essa lei será inócua", analisa.

Ninguém está livre

O mestre em Psicologia e integrante do Núcleo de Psicologia do Trânsito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Diogo Picchioni Soares lembra ainda que mesmo o motorista habilitado, com reflexos rápidos, não está livre de envolver outros em acidentes.

"A violência está ligada, entre outros fatores, a uma falta de percepção que as pessoas têm da característica coletiva do trânsito. Em geral, elas estão preocupadas apenas com seu próprio deslocamento individual", afirma.

AGRESSÃO

Número de crimes letais aumentou

Em contrapartida à evolução no número de homicídios culposos no trânsito, a 5ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública revela que o número de assassinatos no Paraná diminuiu em 2010. No ano anterior, segundo o estudo, 3.713 pessoas morreram vítimas de agressões (causadas por armas de fogo, armas brancas, entre outras), enquanto que no ano passado esse número chegou a 3.601.

As estatísticas, porém, não são tão animadoras quanto parecem à primeira vista. De acordo com o anuário, a redução reflete a mudança na contagem de parte das mortes, que antes não eram consideradas intencionais. Detalhados, os números mostram que a ocorrência de homicídios dolosos (com intenção de matar) aumentou nos últimos anos e, conseqüentemente, o total de crimes violentos letais, que incluem também latrocínios e lesões corporais seguidas de morte (veja Infográfico acima).

Considerando-se somente o número de homicídios dolosos, o Paraná apresentou ano passado uma taxa de 31,4 mortes a cada 100 mil habitantes — bem acima da média nacional, que foi de 21,5 homicídios por 100 mil pessoas. (RW)

GAZETA DO POVO

O VÁCUO 24 NOV 2011

DA CÂMARA

E absurda a decisão do Conselho de Ética de arquivar processos internos que pesavam contra João Cláudio Derosso

O fosso entre a Câmara Municipal de Curitiba e a população aprofunda-se a cada dia. A costumeira irrelevância de sua atuação política e legislativa e à complacência e cumplicidade da maioria aliada e comprometida com seu presidente, vereador João Cláudio Derosso, somou-se na última terça-feira a absurda decisão do Conselho de Ética de arquivar processos internos que pesavam contra ele. Não fosse a discutível sobrevivência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada para investigar a regularidade dos gastos de R\$ 31,5 milhões em propaganda autorizados por Derosso, e a Câmara já teria completado a obra de renúncia aos princípios legais e morais a que está obrigada a cumprir.

A alegação apresentada para o arquivamento dos procedimentos que tramitavam no Conselho chega a ser risível. Segundo seus proponentes, como Derosso "voluntariamente" licenciou-se da presidência por 90 dias, perderam objeto os processos que poderiam, no máximo, redundar no seu afastamento pelo mesmo prazo. Ora, não é exatamente a pena que a Câmara poderia em tese impor ao seu principal mandatário a questão que mais interessa. É sim a completa investigação pela própria Câmara dos fatos que deram origem aos processos de quebra do decoro parlamentar. A esta obrigação os vereadores — com exceção dos sete que compõem a bancada de oposição — simplesmente abdicaram, numa clara demonstração do interesse em manter nas catacumbas muitos fatos nos quais, por ação ou omissão, podem estar comprometidos.

Felizmente, outras instituições, antes mesmo que qualquer iniciativa fosse tomada pela Câmara, vinha preenchendo a lacuna deixada pelos vereadores. Levantamentos do Tribunal de Contas deram conta do absurdo acúmulo de irregularidades havidas nos processos de licitação, contratação e aplicação dos recursos destinados à publicidade da Câmara. A conclusão semelhante chegou também o Ministério Público Estadual, que prontamente propôs ação à Justiça requerendo o afastamento do acusado presidente, o bloqueio de seus bens e a devolução aos cofres públicos dos R\$ 5,1 milhões que foram administrados pela agência Oficina da Notícia, de propriedade de sua esposa, servidora da Casa quando da contratação de sua empresa.

Essas ações externas resultaram, até o momento, na esperta decisão de Derosso de requerer a licença de 90 dias — período que, aliás, em parte, coincidirá com o recesso parlamentar. Entretanto, terá de responder aos processos em boa hora iniciados e ainda com longo caminho a percorrer naquelas duas instâncias — contando nesse tempo que o espera com a "vantagem" da natural lentidão com que tramitam e com o esmaecimento da memória popular.

Acatadas as acusações, pode a Justiça julgar necessário aplicar aos responsáveis pelos desvios as penas previstas nos códigos. Entretanto, a justiça política, aquela que se faz na urna eleitoral, ainda cabe ao povo fazer.

24 NOV 2011

GAZETA DO POVO

Justiça nega pedido de sigilo em processo contra Derosso

Vereador havia pedido que ação corresse em segredo para "salvaguardar sua honra". Para juiz, lei de improbidade não prevê sigilo

Karlos Koltbach

■ A Justiça do Paraná negou ontem o pedido de decretação de sigilo na ação de improbidade administrativa que tramita contra o presidente licenciado da Câmara Municipal de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB). O pedido foi feito pelos advogados de Derosso com a justificativa de que era preciso "salvaguardar a honra e a imagem" do vereador e de sua família.

O juiz da 1.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, Jailton Juan Carlos Tontini, considerou que o interesse público exige a publicidade dos atos praticados pela administração pública e lembrou que em nenhum momento a lei de improbidade prevê a possibilidade de decretação de sigilo.

Derosso, a jornalista Cláudia Queiroz Guedes, mulher do vereador, e outros quatro funcionários da Câmara foram denunciados pelo Ministério Público Estadual (MP) na semana passada por ato de improbidade administrativa. Inves-

tigação do MP concluiu que houve direcionamento na licitação da Câmara para contratação de agências de publicidade para beneficiar a empresa Oficina da Notícia — cuja dona é Cláudia Queiroz.

Na ação proposta, os promotores pediram liminarmente o afastamento de Derosso da presidência do Legislativo municipal, a indisponibilidade dos bens dos acusados e o bloqueio de R\$ 5,9 milhões — valor que garantiria, numa eventual condenação, a devolução de R\$ 5,1 milhões repassados para Oficina da Notícia e o pagamento de multa.

O magistrado não julgou o pedido do MP sobre o afastamento de Derosso da presidência, uma vez que, por iniciativa própria, o vereador deixou o cargo anteontem pelo período de 90 dias. No entanto, Tontini cita na decisão que um novo pedido de afastamento de Derosso da presidência poderá ser formulado pelo MP no momento em que o parlamentar reassumir o cargo de chefe do Poder Legislativo municipal.

Em relação aos demais pedidos do MP, o juiz disse que, apesar "da gravidade dos fatos narrados", vai aguardar pelo prazo de 15 dias a manifestação dos acusados sobre os fatos descritos pelos promotores na ação de improbidade administrativa.

A promotora de Justiça Danielle Gonçalves Thomé, que assina a ação de improbidade contra Derosso e Cláudia Queiroz, afirmou que "o ponto positivo para o Ministério Público foi o fato de o juiz ter indeferido o pedido de decretação de sigilo na ação".

Outro lado

O advogado de Derosso, Antônio Figueiredo Basto, também se mostrou satisfeito com a decisão judicial. "É uma vitória da defesa o fato do juiz não ter julgado o pedido de indisponibilidade de bens do meu cliente. Vamos demonstrar que não existe tudo isso que tem sido dito e que se trata de uma coisa criada politicamente contra o vereador", disse.

Sobre o indeferimento do pedido de decretação de sigilo no trâmite da ação, Basto minimizou. "A questão do sigilo é uma coisa menor. O pedido foi feito para evitar a exploração do caso pela mídia", completou, citando que pretende entrar com ações judiciais contra a imprensa.

R\$ 5,9 milhões

é o valor que o Ministério Público pede que seja devolvido aos cofres públicos. O dinheiro se refere ao contrato da Oficina da Notícia e a possíveis multas.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

? Integrantes 24 NOV 2011 da CPI elogiam vereador durante sessão

Chico Mares

O presidente licenciado da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), depôs ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga supostas irregularidades nos contratos de publicidade da Casa. Favorecido por perguntas pouco incisivas dos vereadores, Derosso negou as denúncias e voltou a atacar a imprensa e o Tribunal de Contas do Paraná (TC).

Durante o depoimento, Derosso contou com a "ajuda" dos próprios vereadores da CPI, que por várias vezes fizeram sua defesa. O relator da CPI, Denilson Pires (DEM), classificou as notícias como "denunciismo" e perguntou ao presidente licenciado se ele não estava sendo vítima de perseguição por diminuir as verbas de publicidade pagas às empresas de comunicação. Paulo Frote (PSDB) disse que Derosso havia "mexido com os interesses dos veículos de imprensa".

Derosso afirmou sofrer preconceito. "Os poderosos do Batel, do Cabral e dos grandes bairros nobres não querem um vereador que veio lá do bairro Xaxim como vice-prefeito", queixou-se o vereador. E insinuou que a imprensa estaria conspirando para eleger Gustavo Fruet (PDT) prefeito de Curitiba. "Querem impor seu candidato goela abaixo da população. Candidato esse que todo mundo sabe quem é", disse.

A vereadora Nely Almeida (PSDB), em vez de fazer uma pergunta, preferiu "explicar" porque o vereador se manteve por 15 anos

"É uma vitória da defesa o fato do juiz não ter julgado o pedido de indisponibilidade de bens do meu cliente. Vamos demonstrar que não existe tudo isso que tem sido dito."

Antônio Figueiredo Basto, advogado de Derosso.

"Derosso era tão competente que, quando a gente ia escolher um presidente, todos apenas concordavam com o nome dele."

Nely Almeida, vereadora (PSDB).

INTERATIVIDADE

O juiz acertou ao decretar que não haja sigilo na ação? Por quê?

Escreva para

leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

no comando da Câmara. "Derosso era tão competente que, quando a gente ia escolher um presidente, todos apenas concordavam com o nome dele", comentou. Derosso concordou: "Eu acho que continuo competente".

TC e MP

Derosso aproveitou a oportunidade para criticar o TC, dizendo que não teve a oportunidade de se defender e que teve ciência dos trabalhos do tribunal pela imprensa. Segundo Derosso, funcionários do TC vazaram as informações sobre todo o processo com o intuito de prejudicar sua campanha à vice-prefeitura de Curitiba. O vereador disse, ainda, que as denúncias apresentadas pelo Ministério Público do Paraná (MP) foram "levianas" e que não havia indícios de irregularidade.

Sobre as supostas irregularidades, Derosso falou pouco. Reafirmou que não tinha um relacionamento com Cláudia Queiroz Guedes em 2006, quando foi realizada a licitação na qual a empresa dela, a Oficina da Notícia, foi vencedora. O vereador disse que já a conhecia desde 2004, por causa do trabalho da jornalista.

Derosso admitiu que em 2008, quando o contrato foi prorrogado pela primeira vez, os dois já tinham um relacionamento. Mas afirmou ter um parecer jurídico afirmando que isso seria legal. Ele disse que um rompimento no contrato poderia trazer prejuízo à Câmara. Nenhum vereador questionou, entretanto, qual seria o prejuízo.

PR tem 16 mil presos em delegacias

Ministério da
Justiça libera R\$ 135
milhões para o
Paraná construir
penitenciárias e retirar
de cadeias detentos
sob custódia da polícia

*Anderson Gonçalves,
especial para a Gazeta do Povo*

■ O anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública voltou a colocar o Paraná no topo do ranking dos estados que mais abrigam presos em delegacias e distritos policiais. Em 2010, 16.205 detentos estavam em carceragens da polícia. Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) indicam ainda que em outubro havia um déficit de 3,4 mil vagas nos presídios paranaenses. Eram 10,8 mil detentos para 7,3 mil vagas em 108 estabelecimentos penais.

No mesmo dia em que os dados foram divulgados, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, anunciou em Brasília a liberação de R\$ 135 milhões, até 2014, para investir na ampliação de sistema penitenciário paranaense. O aporte de recursos faz parte do Programa Nacional de

Apoio ao Sistema Prisional. O novo plano do governo federal vai repassar R\$ 1,1 bilhão aos estados, com a meta de zerar o déficit de vagas femininas e reduzir o número de presos em delegacias de polícia, transferindo-os para cadeias públicas.

Mais vagas

O montante destinado ao Paraná — o segundo maior do país, segundo o ministério — será aplicado na construção de nove presídios novos e na ampliação de oito já existentes. Segundo a secretária de estado da Justiça, Maria Teresa Uille Gomes, serão abertas 6.760 novas vagas, das quais 4.356 em novos estabelecimentos penais.

O diretor do Departamento Penitenciário do Estado (Depen), Maurício Kuehne, diz que entre os municípios a serem atendidos pelo programa estão Piraquara, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Paranavaí e Apucarana. "Nesses municípios as obras deverão ser iniciadas no ano que vem", assegura.

6.760 vagas

em penitenciárias do Paraná serão abertas graças ao aporte de recursos do Ministério da Justiça. Destas, 4.356 em novos estabelecimentos penais.

VERBA

Estado investe menos que a média em segurança

Os gastos com segurança pública no país no ano passado somaram R\$ 47,6 bilhões, um crescimento de 4,4% em relação ao ano anterior. Já no Paraná, os investimentos públicos na área aumentaram 16,4% no mesmo período, segundo o Fórum de Segurança Pública. O estado, porém, investiu em 2010 menos do que a média nacional. Enquanto os recursos para segurança na média dos estados foi de 8,5% da despesa total, no Paraná esse percentual chegou a 6,3%. O anuário aponta que em 2010 os gastos públicos do estado no setor foram de R\$ 1,4 bilhão.

Na proposta de orçamento para 2012, encaminhada pelo governo estadual à Assembleia Legislativa está prevista a destinação de R\$ 1,7 bilhão para a segurança no próximo ano. O aporte buscado deverá principalmente custear as ações do programa Paraná Seguro — lançado em setembro pelo governador Beto Richa (PSDB) com o objetivo de reforçar o policiamento nas ruas e melhorar o atendimento à população. (RW)

24 NOV 2011

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Marchar pelas drogas é legal, diz Supremo

¶ Por unanimidade, dez ministros do Supremo Tribunal Federal reafirmaram ontem que é constitucional a realização de marchas em defesa da descriminalização das drogas, garantido pelo direito a liberdade de expressão. No primeiro julgamento, que liberou as marchas da maconha, em junho deste ano, se entendia que a Justiça brasileira não podia interpretar o artigo 287 do Código Penal — que criminaliza a apologia de "fato criminoso ou de autor de crime" — para proibir a realização de eventos públicos que defendem a legalização ou regulamentação da droga. A decisão de ontem entende que os magistrados não podem utilizar a Lei de Drogas, de 2006, que proíbe "induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga", para vetar as marchas.

LONDRINA

Justiça paralisa obras no Bosque Central

¶ A Justiça concedeu liminar favorável à ONG Meio Ambiente Equilibrado (MAE) na ação civil pública que pedia a paralisação das obras de revitalização do Bosque Central. A decisão foi do juiz da 1.ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, na noite de terça-feira, que estipulou uma multa diária de R\$ 5 mil, caso a prefeitura descumpra a decisão.

A ação foi proposta pela ONG MAE no último dia 16, depois que o município cortou 20 árvores para a abertura do tráfego de veículos pela Rua Piauí. Segundo o advogado da ONG, Camilo Viana, o principal erro cometido foi a falta do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), necessário para intervenções desse porte.

EMPREENDEDORISMO

ACP pede redução da burocracia ao TST

¶ O presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), Edson Ramon, entregou ontem à ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Delafé Miranda Arantes um documento no qual alega que 70% da mortalidade de micro e pequenas empresas no país pode ser atribuída a condenações judiciais em processos

movidos por ex-empregados, "na maioria das vezes resultantes do não cumprimento de meras obrigações burocráticas". Ramon reclamou da falta de estrutura organizacional que torna os pequenos empreendedores "absolutamente vulneráveis às questões de ordem do Direito do Trabalho", e lembrou que 90% dos 8 mil

associados da ACP são micro-empresários, empresários de pequeno porte ou têm empresas individuais de responsabilidade limitada, e geram 300 mil empregos apenas na região metropolitana de Curitiba. A ministra prometeu encaminhar o documento ao presidente do TST, ministro João Orestes Dalazen.

24 NOV 2011

GAZETA DO POVO

Superintendente pagou advogado para defender compra de draga

Daniel Lúcio de Oliveira Souza diz à CPI dos Portos que deu R\$ 40 mil do próprio bolso para ex-presidente do TRF defender escolha de empresa

Sandro Maser

O ex-superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) Daniel Lúcio de Oliveira Souza admitiu ontem que pagou R\$ 40 mil para um advogado defender a escolha da Global Connection Comercial como fornecedora de uma draga para o Porto de Paranaguá. O dinheiro, segundo o depoimento do ex-superintendente à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Portos, na Assembleia Legislativa, teria saído de seu próprio bolso.

Em 2009, duas empresas participavam do processo de seleção para decidir quem venderia a draga ao porto. A empresa grega Interfabric Indústria, que havia

apresentado o melhor preço pelo equipamento (R\$ 43 milhões) foi desclassificada. A Global, que pediu R\$ 45 milhões pelo maquinário, acabou sendo a escolhida pelo governo. O caso acabou parando na Justiça.

O relator da CPI dos Portos, deputado estadual Fernando Scanavacca (PDT), disse estranhar a atitude do ex-superintendente e considerou o pagamento do advogado com dinheiro próprio como uma inusitada "bondade" com o erário. Usualmente, o governo se serve da Procuradoria-Geral do Estado para defender seus atos. A Appa também tem procuradoria própria.

Oliveira disse à CPI ter bancado a contratação do advogado Pedro Máximo Paim Falcão porque era necessário ter alguém para auxiliar o procurador da Appa Maurício Vitor de Souza na demanda judicial. Segundo Oliveira, a contratação de emergência foi necessária porque "o caso era de interesse do Estado" e a Interfabric teria contratado "um dos melhores advogados do país" para defendê-la.

Oliveira disse ainda que, como os prazos eram exíguos, não seria possível abrir uma licitação para contratar um advogado. Ele, então, resolveu pagar do próprio bolso, na esperança de ser ressarcido pela autarquia. Afastado da

Appa em março de 2010, Oliveira não pediu ressarcimento. Ele disse ainda ter incluído o gasto na declaração de Imposto de Renda e que estaria devendo até hoje a quantia, emprestada no Banco do Brasil.

Tribunal

Paim Falcão, escolhido por Oliveira, é ex-presidente do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4). O tribunal foi justamente a corte responsável por julgar a demanda da Interfabric. A desclassificação da empresa grega ocorreu após vistoria técnica da draga por parte da comissão do governo que viajou à China para inspecioná-la. Os técnicos afirmaram que o maquinário ainda não estava em condições de operar. A compra, no entanto, foi anulada pela Justiça Federal por irregularidades na licitação e acusação de superfaturamento.

A reportagem procurou o doutor Paim Falcão, que confirmou, por telefone, ter prestado assessoria jurídica à Appa em duas oportunidades: no caso da draga, a pedido do procurador Maurício Vitor de Souza. Ele também afirmou que o pagamento foi feito por meio de um depósito bancário em sua conta. "Eles me procuraram e eu atendi. Não posso te dizer exatamente quem depositou, mas suponho que tenha sido a autarquia [Appa]. Depois daquilo, nunca mais fui procurado" disse.

24 NOV 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

Preso pela PF, Oliveira nega todas as acusações

Preso na Operação Dallas em Janelro, o ex-superintendente da Appa Daniel Lúcio de Oliveira Souza negou todas as acusações que lhe foram feitas e disse que vai processar seus denunciante. Em seu depoimento à CPI dos Portos, ontem, Oliveira disse que foi detido por suspeito de fraude em licitação envolvendo duas empresas: a Petroll, contratada para fazer a limpeza; e a Aquaplan, contratada com dispensa de licitação para fazer o licenciamento ambiental na área do porto. Segundo a PF, o ex-superintendente seria sócio das empresas e teria recebido dinheiro após as contratações. Na CPI, ele negou que tenha participação nas empresas. O ex-superintendente afirmou aos deputados que apenas baixou uma portaria dizendo que a Petroll seria a única empresa em Paranaguá licenciada para serviços de limpeza, mas que não teria recomendado sua contratação. Quanto ao licenciamento ambiental, ele disse que pretendia contratar uma fundação pública para fazer o serviço, mas foi desaconselhado pelo Tribunal de Contas. Quanto à compra da draga ele disse que apenas cumpriu ordens. "Não foi o superintendente quem decidiu comprar a draga. Foi o governador Requião", disse. (SM)

GAZETA DO POVO

COLUNA DOS LEITORES

Conferência da OAB 24 NOV 2011

Gostaria de elogiar os juristas participantes da 21.ª Conferência Nacional de Advogados, realizada nesta semana em Curitiba, pelo posicionamento contrário à penhora do salário dos trabalhadores para pagamento de dívidas bancárias. Imaginem se tal medida for aprovada no novo Código Civil os bancos definitivamente trabalharão com empréstimos e crédito sem nenhum risco e com total garantia de rentabilidade. Nas últimas décadas, os bancos se transformaram em um balcão de negócios que financia sem critério qualquer bem, não levando em consideração a renda e capacidade de endividamento do consumidor.

João Guilherme Cicarelli

Conferência da OAB 2

A liberdade no Estado democrático deve ser um valor e um bem inextinguível para toda a sociedade. A liberdade de imprensa é um bem fundamental para o desenvolvimento da sociedade. O papel da imprensa na democracia favorece a transparência e ao mesmo tempo a fiscalização sobre os poderes constituídos no Estado. Trata-se de um valor que não se deve abrir mão diante do controle da sociedade sobre os poderes do Estado.

José Luciano Ferreira de Almeida

Produtividade do TJ

Nada vai mudar no Tribunal de Justiça para a população mais pobre, que mais precisa da Justiça. Já para eles há sim mudanças. Mandaram um pacote pedindo auxílio-alimentação, auxílio-médico e o governador que nem pense em vetar.

Mauro Pedro Ribeiro de Castro

Derosso 1

Indignação. É o que senti ao ler a notícia do pedido de arquivamento da Comissão de Ética contra as denúncias que pesam contra João Cláudio Derosso. Somente os alienados e desavisados é que acreditavam que essa comissão decidiria em favor do povo curitibano, da ética e da transparência. Se estivessem ao lado do povo, e não do partido ao qual pertencem e do presidente da Câmara, não se expunham tanto, como fizeram para defender o indefensável. Ainda bem que teremos eleições no ano que vem.

Marly Batista de Oliveira

Derosso 2

Hoje sou obrigado a concordar com a vereadora Renata Bueno, que mesmo de forma descabida chamou os seus iguais da Câmara Municipal de "gentalha". Não é que ela tinha razão? Proponho uma campanha: Renovação 100% da Câmara de Curitiba.

Ricardo Vicki

Derosso 3

Como homem público, Derosso deve satisfação à sociedade e aos eleitores. Se não queria ser exposto, não deveria se envolver em política e cometer atos suspeitos ou irregulares, que comprometessem a sua idoneidade.

Luiz C. Segantini

24 NOV 2011

METRO

Derosso se defende na CPI

O presidente licenciado da Câmara, João Claudio Derosso (PSDB), depois ontem à CPI que investiga os contratos de publicidade da Casa e negou ter conhecimento de irregularidades porque, segundo ele, até agora, não recebeu qualquer documento oficial do MP-PR (Ministério Público) ou do TC (Tribunal de Contas).

Derosso foi questionado pelo relator da CPI, vereador Denilson Pires (DEM), sobre a publicidade da Câmara antes de 1997, quando assumiu a presidência. Pires usou o mesmo argumento da denúncia sobre o vereador conhecer Cláudia Queiroz Guedes, sua esposa, quando a empresa dela (Oficina da Notícia Ltda.) venceu a licitação.

Derosso disse que a Câmara pagava diretamente aos jornais e que, "informalmente", o TC teria pedido que existisse um órgão para controlar a publicidade.

Questionado sobre a necessidade de um gestor para

Vereador criticou a imprensa e disse que vem sendo "massacrado".

Afirmou ainda que as pessoas que o acusam de ter roubado "vão pagar caro".

os recursos, Derosso rebateu e afirmou que o TC aprovou todas as contas e não constatou irregularidades anteriormente, além de nunca ter reclamado da ausência de um gestor. Disse ainda que as contas ficam à disposição dos vereadores na Comissão de Economia, mas ninguém fiscaliza.

Derosso afirmou que, antes, indícios de irregularidades eram esclarecidos dentro da Câmara e que as denúncias de agora têm motivação política porque ele era apontado como candidato a vice-prefeito na chapa de Luciano Ducci (PSB).

● METRO CURITIBA

STF libera marchas a favor de drogas

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem, pela segunda vez, garantir o direito de manifestações em favor do uso de drogas.

Seis ministros seguiram o texto do relator Carlos Ayres Britto, endossando que os protestos pela libe-

ração de entorpecentes não fazem apologia de um crime, conforme defende a Presidência da República.

Com a decisão, marchas e movimentos desse tipo não poderão mais ser barrados por decisões judiciais. ● METRO

Julgamento por Telma Fontoura começa

HOMICÍDIO. Começou ontem o julgamento pela morte da psicóloga e professora da PUC, assassinada em julho de 2010 em Pontal do Paraná. Paulo Lima, de 43 anos, é suspeito. O caso foi a júri popular. ● METRO CURITIBA

24 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Inspeção no TJ-PR: ministra Ellana Calmon está otimista

Roger Pereira

A corregedora nacional de Justiça, Ellana Calmon, disse ontem, durante a XXI Conferência Nacional dos Advogados, em Curitiba, que espera ver grandes avanços no Tribunal de Justiça do Paraná, no relatório final da inspeção que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está fazendo nesta semana no Judiciário paranaense para averiguar quais medidas já foram tomadas em relação às 113 recomendações feitas pelo CNJ ao tribunal paranaense, na correição realizada no Estado em 2009.

"O ministro Gilson Dipp, meu antecessor, fez uma inspeção aqui em 2009, com audiência pública, que foi bastante festejada, onde foram encontradas diversas questões de natureza administrativa. Então, agora, é a volta da inspeção, para verificar se o tribunal fez o dever de casa, se o Tribunal se empenhou em solucionar os problemas que foram apontados pela corregedoria na inspeção", disse a ministra.

Ela informou ter encontrado questões delicadas no relatório deixado por Dipp. "Problemas de gestão, alguns até difíceis de serem solucionados, como a questão dos cartórios extrajudiciais, dos cartórios judiciais que estão nas mãos de particulares. Isso depende de lei, depende de concurso público", comentou a ministra, que disse já estar aproveitando a presença física no Paraná para analisar outras questões.

24 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Divulgar nome de juízes foi um erro

A corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon (foto), disse que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acertou ao re-
cuar e retirar da lista que divulgou com os juí-
zes processados no País, as ini-
ciais dos nomes dos magistrados. Segundo ela, as iniciais estavam possibilitando a identificação dos juízes e dando margem a um pré-julgamento.



ciais dos nomes dos magistrados. Segundo ela, as iniciais estavam possibilitando a identificação dos juízes e dando margem a um pré-julgamento.

A ministra também falou da polêmica gerada com a Ação Direta de Inconstitucionalidade da Associação dos Magistrados do Brasil contra a resolução que ampliou os poderes de investigação do CNJ. "Virou polêmica porque agora estamos estruturados e começamos a atuar efetivamente. Porque estamos investigando casos que, muitas vezes, por deficiência de estrutura ou por algum tipo de pressão, as corregedorias locais deixaram de investigar. Os processos contra juízes de primeiro grau até que seguem bem nas corregedorias, mas os contra desembargadores, esses precisam vir para o CNJ. Senão eles serão julgados por seus pares, é a "corrupção afetiva", observou, citando que 74% dos processos que chegam ao CNJ são remetidos às corregedorias locais.

Calmon comentou, ainda, sobre seu trabalho em curso de averiguação do patrimônio dos juízes. "Estou cruzando as informações, como a declaração de bens dos magistrados à Receita Federal, com seus vencimentos, para ver se é compatível. E estamos constatando várias distorções, além de muitos que sequer entregaram suas declarações". **(RP)**

TRIBUNA DO PARANÁ

Processo 24 NOV 2011

Justiça nega sigilo

Advogados pedem segredo na investigação contra Derosso, mas juiz defende interesse público

Karla Losse Mendes

O juiz Jailton Juan Carlos Tontini, da 1ª Vara de Fazenda Pública, negou ontem o pedido feito pelos advogados de defesa do vereador João Cláudio Derosso (PSDB) para que o processo que tramita contra ele por improbidade administrativa corresse em segredo de Justiça.

Derosso foi denunciado pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) por irregularidades na contratação de serviços de publicidade, cujos contratos ultrapassam a casa dos R\$ 30 milhões. O presidente da Câmara há 14 anos teria favorecido a Oficina da Notícia, empresa da atual mulher dele, Cláudia Queiroz Guedes, que venceu a licitação. Além disso, a Oficina foi contratada quando Cláudia ainda era funcionária da Câmara.

O pedido da defesa do vereador havia sido feito sob o argumento de que o sigilo pretendia "salvaguardar a honra e a imagem própria e da família". Em seu despacho, o juiz afirmou que a Constituição prevê que os atos processuais são públicos e a publicidade pode ser restringida apenas quando a defesa da intimidade ou o interesse público o exigirem. O juiz afirmou ainda que o Código de Processo Civil e a legislação que dispõe sobre processos de improbidade administrativa não preveem a decretação de sigilo em casos como o do processo contra Derosso. Além disso, o juiz argumenta que não haveria no processo informações resguardadas pelo sigilo como as bancárias, fiscais ou telefônicas.

No despacho, o juiz defendeu a publicidade do processo. "(...) o interesse público, ao contrário do que pretende o réu, reclama a publicidade dos atos praticados pela administração pública, até porque assim se concretiza um dos postulados básicos do princípio republicano, qual seja, a possibilidade de fiscalização

das atividades públicas pelos cidadãos."

Na mesma decisão, Tontini não analisou o pedido de liminar proposto pelo Ministério Público que pedia o afastamento do vereador da presidência da Câmara Municipal, uma vez que ele mesmo pediu o afastamento segunda-feira. No entanto, o juiz deixou claro que o pedido poderá ser reapresentado caso o vereador volte a ocupar o cargo.

O magistrado também optou por não determinar a indisponibilidade dos bens dos acusados. De acordo com o juiz, as acusações não são suficientes para uma decisão antes da apresentação da defesa. Porém, em sua decisão, ele alertou que, como os acusados têm ciência do pedido, transações relativas aos bens poderão ser compreendidas como tentativa de fraude. Derosso terá 15 dias para apresentar sua defesa. A Câmara Municipal também foi intimada a se manifestar sobre o processo.

24 NOV 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Direito: muitos cursos, pouca qualidade

Roger Perelra

Apenas 7,4% dos 1.210 cursos de Direito existentes no Brasil são recomendados pela Ordem dos Advogados do Brasil. Tomando por base o desempenho dos egressos no Exame da Ordem e as notas das faculdades no Enade (Exame Nacional de Desenvolvimento Educacional), a Ordem divulgou ontem, durante a Conferência Nacional dos Advogados, em Curitiba, as 90 instituições que receberam o selo "OAB Recomenda", indicando, pelos cri-

térios da OAB, quais faculdades têm curso de direito com nível de ensino aceitável.

No Paraná, receberam o selo os cursos da Unicuritiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro de Jacarezinho, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual do Oeste do Paraná campus Francisco Beltrão e Universidade Federal do Paraná.

Para receber o selo, além de ter uma

nota superior a 5,0, num universo que pode ir até 7,5, os cursos têm que ter participado dos três últimos exames da Ordem com mais de 20 candidatos em cada e não ter nenhum parecer contrário da Comissão Nacional de Educação Judiciária e do Ministério da Educação.

Queda

O índice de aprovação é o menor das quatro edições do selo, que teve como melhor índice os 15% da primeira edição, em 2001.

Júri condena a 24 anos matador de empresária

Débora Rodrigues

O auxiliar de serviços gerais Jair Antônio Fernandes, 29 anos, foi condenado a 24 anos de prisão em regime fechado, pela morte da empresária Eonides Terezinha Ferreira, 51 anos. O crime foi cometido em 22 de março de 2009 em Balsa Nova. A sentença foi dada pelo juiz Lucas Martins de Toledo, por volta das 17h30 de ontem.

Isaac Ferreira, marido de Eonides, acompanhou todo o julgamento e disse sentir-se aliviado com a sentença. "Com

a prisão deste assassino diminui o risco para as mulheres, é um psicopata a menos nas ruas", desabafou.

Eonides foi assassinada ao sair para passear com o cachorro pelas redondezas de sua chácara. Ela parou para pedir informações a Jair e segundo a polícia, ele deu um soco e um golpe de machado na vítima que desmaiou. Com Eonides desacordada, ele abusou sexualmente e depois a matou com machadadas. Exame de DNA confirmou a autoria de crime e o acusado confessou o assassinato.

24 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Eliana Calmon na Conferência: OAB não é só órgão vigilante, é o pai do CNJ

"O DNA do Conselho Nacional de Justiça está na OAB. Foi dentro da OAB que foi pensada, gestada e desenvolvida a ideia de controle externo. Da OAB é que essa ideia passou para o Parlamento. A OAB não é, pois, somente um órgão vigilante, mas é o pai do CNJ". As afirmações foram da corregedora do CNJ e ministra do Supremo Tribunal Federal, Eliana Calmon, ao participar ontem (23) do painel "Judiciário, Ministério Público e Democracia", no qual dissecou as atividades do Conselho para a platéia de advogados, professores

de Direito, conselheiros da OAB participantes da XXI Conferência Nacional dos Advogados, realizada nesta capital.

Ao analisar a atuação do CNJ, a ministra explicou que o controle externo é uma forma de melhor controlar e uniformizar a gestão no Judiciário brasileiro, hoje composto de 92 tribunais. Segundo ela, se a administração do Judiciário ficasse por conta de cada um desses tribunais, sem que houvesse um órgão central para consolidar as práticas, teríamos verdadeiras "ilhas isoladas".

Em seguida, no painel realizado no Centro de Convenções ExpoUnimed e aberto pelo presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, a ministra destacou as vantagens principais pós criação do Conselho. A primeira delas foi exatamente a uniformização das práticas e da gestão. Num segundo momento, o benefício passou a ser o planejamento estratégico, para viabilizar que toda a Justiça crescesse da mesma forma. "Termos as metas individuais de cada Tribunal e as metas homogêneas, que são as de nívelamento", explicou.

Infraero contesta no STF fiscalização em lojas do Aeroporto de Brasília

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) ajuizou Ação Cautelar (AC 3036) em que pede ao Supremo Tribunal Federal (STF) o reconhecimento de inexigibilidade pelo governo do Distrito Federal (GDF), para a regularização das atividades comerciais no Aeroporto Internacional de Brasília, de condições e requisitos além dos previstos na legislação reguladora das áreas aeroportuárias. A ação, segundo a Infraero, é preparatória para uma ação principal na qual a empresa pretende que seja declarada a inexigibilidade de fiscalização distrital quanto à ocupação urbanística do Aeroporto de Brasília.

O pedido é motivado pela recente revogação, pelo governo distrital, dos alvarás de funcionamento de localização e transição de vários concessionários de uso da área do aeroporto. Segundo

a ação, a revogação decorreu da declaração de inconstitucionalidade, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), da Lei Distrital nº 4201/2008, que disciplinava a emissão desse tipo de alvará.

Uma ordem de serviço expedida em maio de 2010 atingiu 84 dos cerca de 300 estabelecimentos comerciais e operacionais existentes na área do aeroporto, e impediu outros de obter a documentação de funcionamento. A ordem de serviço é objeto de outra ação judicial e está suspensa por determinação da 7ª Vara da Fazenda Pública do DF.

A Infraero informa que, ao solicitar ao governo orientação quanto ao procedimento para obtenção dos alvarás, foi informada da impossibilidade de emissão de licença porque a área do Aeroporto Internacional de Brasília, que integra a

Região Administrativa do Lago Sul, "não possui normas de uso e ocupação do solo, ou seja, não existe zoneamento urbano nem qualquer legislação urbanística que estabeleça os usos permitidos para o setor".

Para a empresa, a alegação é incabível, pois as áreas aeroportuárias têm regulamento urbanístico próprio, fora da competência distrital, previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica. "Se o Aeroporto tiver de se sujeitar às normas urbanísticas, em detrimento da legislação específica para a infraestrutura aeroportuária, as atividades do Infraero estarão ameaçadas", alega.

A ação ressalta que atividades essenciais ao serviço público em aeroportos estarão prejudicadas, como postos de combustíveis, comissaria aérea e as próprias companhias aéreas.

24 NOV 2011

JUDICIÁRIO **INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Movimento grevista ignora emenda de R\$ 2 bi

De acordo com Fenajufe, orientação
é aumentar atividade de greve

A aprovação de emenda de R\$ 2 bilhões para aumentos salariais no Judiciário definida ontem (23) na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) dos Deputados não deve paralisar o movimento grevista dos servidores, que atinge 19 estados. De acordo com a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe), a orientação é continuar e até aumentar o movimento a partir de agora.

O coordenador-geral da Fenajufe, José Oliveira, disse que os próprios parlamentares incentivaram a continuação da greve até que a questão esteja resolvida em definitivo, uma vez que não há consenso se a emenda passará na Comissão Mista de Orçamento. "O avanço de hoje servirá, na verdade, para estimularmos que as paralisações continuem e até aumentem, para mostrar que o movimento grevista vem colhendo resultados".

Segundo o presidente da CCJ, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), a proposta serve como "janela" para que a discussão sobre o reajuste possa continuar na Comissão Mista de Orçamento.

O representante da Fenajufe disse que a estratégia para que o aumento seja aprovado é ampliar a negociação com relatores setoriais e com o relator-geral

do Orçamento de 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). "Apesar de o PMDB ter assumido a linha de frente das nossas reivindicações, temos sentido um movimento de apoio também na oposição e até na base governista".

Pouco após a aprovação da emenda na CCJ, cerca de 200 manifestantes de várias partes do país se reuniram em protesto na Praça dos Três Poderes, em Brasília, para cobrar a aprovação integral dos projetos de lei para reajuste dos servidores, de cerca de 50%.

Oliveira diz que não há um balanço da porcentagem de servidores de braços cruzados, mas que em alguns estados os resultados têm sido "satisfatórios", com a suspensão de prazos e de audiências e atraso no andamento de processos.

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy, também disse que a emenda da CCJ não será suficiente para amenizar o protesto de juizes federais.

"Esse movimento é um protesto pelo descaso do Executivo ao não incluir a proposta do Supremo Tribunal Federal no projeto de Orçamento e à falta de diálogo, entre os três poderes, e isso não se altera com essa emenda. Além disso, o valor é aquele do que foi pedido".

24 NOV 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Com oito cursos na lista do OAB, Paraná é o terceiro do Brasil

O Paraná é o terceiro estado do país com o maior número de cursos de Direito que receberam o selo OAB Recomenda. Oito universidades e faculdades obtiveram a recomendação do Conselho Federal da OAB, ficando atrás somente de São Paulo, que teve 14 cursos com o selo e Minas Gerais com 11. A relação das universidades aprovadas na avaliação da Ordem foi divulgada na manhã desta quarta-feira (23) pelo presidente nacional da entidade, Ophir Cavalcante, durante a XXI Conferência Nacional da OAB. Na sessão de lançamento, foi feita a apresentação em detalhes da metodologia utilizada. Dos 1.210

cursos existentes no Brasil, foram avaliados 791 e, desses, 90 receberam a certificação. O critério para a aprovação leva em consideração os índices de aprovação nos três últimos Exames de Ordem e o conceito obtido no Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes).

“Esses números são uma radiografia do ensino jurídico do país”, disse o presidente Ophir Cavalcante. “Não se trata de um ranking. O que se pretende é contribuir com melhoria da qualidade do ensino, que se tenha o compromisso do Ministério da Educação de melhor fiscalizar e exigir mais”, afirmou.

FÁBIO CAMPANA

Caso Derosso

Saiu ontem (23) o despacho. Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública não afastou João Cláudio Derosso da presidência e não acatou o pedido de indisponibilidade dos bens do vereador, deixando para analisá-la só depois da manifestação do Derosso. Considerou o pedido de licença suficiente para encaminhar os trabalhos de investigação. Foi uma vitória dos advogados de Derosso, entre eles Figueiredo Basto, considerado uma das melhores cabeças jurídicas nessa área em todo o país.

24 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

ORÇAMENTO 2012

Só R\$ 1,9 bilhão para investimento

A Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa aprovou ontem, proposta de Orçamento do Estado para 2012. O projeto prevê R\$ 26,5 bilhões para o Executivo no ano que vem, sendo apenas R\$ 1,9 bilhão para novos investimentos. E permite ao Executivo remanejar 5% desse total, ou R\$ 1,3 bilhão, sem prévia autorização do Legislativo. Somadas as transferências do Fundeb, mais as verbas da Assembleia, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas, o total do Orçamento chega a R\$ 35,5 bilhões.

Das 2.225 emendas individuais apresentadas pelos deputados, a comissão acolheu 2.204, em valor total de R\$ 107,9 milhões. Foram acolhidas ainda 97 emendas coletivas, em valor de R\$ 574 milhões. Essas emendas, porém, só serão atendidas caso haja excesso de arre-

cação. A proposta agora deve ser votada no plenário na próxima segunda-feira.

O governo fechou acordo com a comissão se comprometendo a acatar emendas em valor de até R\$ 2 milhões para cada deputado, que usam o instrumento para destinar recursos para obras e projetos em suas bases eleitorais. Na administração passada, do governador Roberto Requião (PMDB), o Executivo se recusava a atender as emendas parlamentares.

A proposta para o ano que vem prevê ainda a destinação de R\$ 422,4 milhões para a Assembleia, R\$ 264,7 milhões para o Tribunal de Contas, R\$ 1,5 bilhão para o Tribunal de Justiça, e R\$ 536,1 milhões para o Ministério Público. O baixo índice de investimento é explicado pelo comprometimento do Orçamento com gastos de custeio e vinculações constitucionais. (IS)

24 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

Recomenda

O Paraná é o terceiro estado do país com o maior número de cursos de Direito que receberam o selo OAB Recomenda. Oito instituições receberam a recomendação do Conselho Federal da OAB, ficando atrás somente de São Paulo, que teve 14 cursos com o selo e Minas Gerais com 11. A informação foi divulgada na manhã de ontem, pelo presidente nacional da entidade, Ophir Cavalcante, durante a 21ª Conferência Nacional da OAB. Além dos cursos das cinco universidades estaduais (UEL, UEM, UEPG, Unioeste e UENP), também foram recomendados os cursos da PUC-PR, UFPR e Unicuritiba. O critério para a aprovação leva em consideração os índices de aprovação nos três últimos Exames de Ordem e o conceito obtido no Enade.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Não violência contra a mulher

A Prefeitura de São José dos Pinhais produziu uma cartilha que será distribuída à população, contendo orientações às mulheres, especificando todos os tipos de violência e divulgando os órgãos de proteção e como fazer a denúncia. A cartilha informa ainda que mesmo quando a vítima não faz o boletim de ocorrência, ela pode procurar pelo atendimento médico, com prioridade, nos postos de saúde da rede pública. Desde o começo desta semana o município promove ações para marcar o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, comemorado amanhã.

BALSA NOVA

Direitos da criança

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balsa Nova convoca os cidadãos balsanovenses para a 9ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que será realizado no dia 30 de novembro, das 13 às 17 horas no Centro de Convivência do Idoso de Balsa Nova, no Parque Manancial, centro da cidade. A Conferência terá como tema principal "Mobilizando, Implementando e Monitorando a Política e o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Estado do Paraná".

24 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

TAPETÃO

Justiça nega sigilo em processo

Da Redação

O juiz da 1.ª Vara da Fazenda de Curitiba, Jaílton Juan Carlos Tontini, rejeitou pedido do vereador e presidente licenciado da Câmara Municipal, João Cláudio Derosso (PSDB) de que o processo contra ele corresse em segredo de Justiça. Derosso tinha entrado com o recurso depois que o Ministério Público o denunciou por supostas irregularidades na gestão dos contratos de publicidade da Câmara de Curitiba.

A alegação da defesa de Derosso era de que é preciso "salvaguardar a honra" do vereador. O juiz não concordou com a tese e disse que não há motivo para sigilo. Na última quinta-feira, o Ministério Público entrou com ação na Justiça pedindo a condenação de Derosso por improbidade administrativa, pela contratação da Oficina da Notícia. Na ação, o MP pede ainda o afastamento de Derosso da presidência da Câmara em caráter liminar, para evitar que ele

pudesse influenciar testemunhas e prejudicar as investigações. E ainda o bloqueio dos bens do vereador em quase R\$ 6 milhões, para garantir o ressarcimento dos cofres públicos pelos gastos irregulares com publicidade. Na segunda-feira, Derosso pediu licença por 90 dias do comando do Legislativo. Ele admitiu que tomou a decisão depois da ação do MP, e como forma de se defender na Justiça. O tucano também pediu ainda licença de suas funções no PSDB.

Retificação

Ao contrário do publicado ontem, os vereadores que pediram o arquivamento do processo no Conselho de Ética da Câmara Municipal de Curitiba contra o presidente licenciado da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB), envolvendo denúncias foram Valdemir Soares (PRB) e Dirceu Moreira (PSL) e não Zezinho do Sabará (PSB), como informado na edição de ontem pela reportagem do *Jornal do Estado*.

24 NOV 2011

JORNAL DO ESTADO

COMISSÃO APROVA R\$ 2 BI para aumento do Judiciário

Reajuste salarial foi motivo de atrito entre presidente do STF e Dilma, contrária ao pedido

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou ontem recursos de R\$ 2 bilhões para assegurar o aumento salarial dos ministros do Supremo Tribunal Federal e dos servidores do Judiciário. A proposta aprovada destina o dinheiro, por meio de uma emenda de comissão, ao Orçamento da União para custear o pagamento do reajuste, a partir do próximo ano, previsto nos projetos em tramitação na Câmara.

Além dessa emenda ao Orçamento, a CCJ também aprovou outras três somando mais R\$ 330 milhões para serem gastos em despesas do Judiciário e Fundo Partidário. A CCJ é presidida pelo deputado João Paulo Cunha (PT-SP), réu no processo do chamado "mensalão" à espera de julgamento pelo Supremo.

"Todos são responsáveis pelo financiamento da República. Houve uma decisão política da comissão de, em vez de optar por beneficiar outras áreas,

direcionar o dinheiro para o Judiciário", argumentou o deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA).

Por conta dos salários, o presidente do Supremo, Cezar Peluso, entrou em atrito com a presidente Dilma Rousseff. A presidente não concorda com o aumento e, na proposta orçamentária enviada originalmente ao Congresso, não constavam recursos para esse pagamento. Na queda de braço, o governo acabou enviando um adendo ao projeto de Orçamento, reproduzindo o pedido do Supremo, mas ressaltando a contrariedade com o reajuste.

A comissão, na justificativa para a destinação dos recursos, argumenta que a magistratura acumula uma perda inflacionária de 21,11%, no período de 2006 a 2011. A finalidade dos recursos, completa a comissão, é viabilizar a aprovação dos dois projetos propondo aumento para os ministros do Supremo.